



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
CAMPUS V - MINISTRO ALCIDES CARNEIRO
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA

MATHEUS BATISTA DO NASCIMENTO

**A PRESERVAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOCUMENTAL: O CASO DO FÓRUM
CÍVEL DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO**

JOÃO PESSOA – PB
2014

MATHEUS BATISTA DO NASCIMENTO

**A PRESERVAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOCUMENTAL: O CASO DO FÓRUM
CÍVEL DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO**

MONOGRAFIA apresentada ao
Curso de Arquivologia da
Universidade Estadual da Paraíba,
Campus V, como exigência
institucional para a conclusão do
curso e a obtenção do grau de
BACHAREL EM ARQUIVOLOGIA.

Orientador: Prof. Ms. Eutrópio Pereira Bezerra

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

N244p Nascimento, Matheus Batista do
A preservação e a conservação documental [manuscrito] : o caso do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto / Matheus Batista do Nascimento. - 2014.
72 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2014.
"Orientação: Prof. Me. Eutrópio Pereira Bezerra, Departamento de Arquivologia".

1. Arquivo. 2. Preservação documental. 3. Conservação. I. Título.

21. ed. CDD 025.84

**A PRESERVAÇÃO E A CONSERVAÇÃO DOCUMENTAL: O CASO DO FÓRUM
CÍVEL DESEMBARGADOR MÁRIO MOACYR PORTO**

MATHEUS BATISTA DO NASCIMENTO

MONOGRAFIA apresentada ao Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, Campus V, como exigência institucional para a conclusão do curso e a obtenção do grau de **BACHAREL EM ARQUIVOLOGIA**.

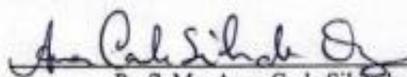
APROVADO EM 01 / 12 / 2014

BANCA EXAMINADORA:



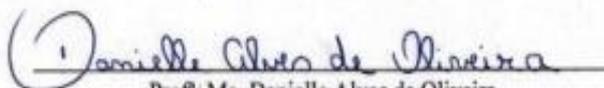
Prof. Me. Eutrópio Pereira Bezerra

Orientador - UEPB



Prof. Ma. Anna Carla Silva de Queiroz

Membro - UEPB



Prof. Ma. Danielle Alves de Oliveira

Membro - UEPB

A vocês três, meus queridos pais e irmã, grandiosos em exemplo a ser seguido, eu dedico esta monografia, esperançoso também em poder dedicar muitos outros frutos, se a boa ventura de meus passos premiarem minha conduta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus no qual permitiu de que tudo isso acontecesse, ao longo de minha vida se faz presente, e não somente nestes anos como universitário, que sem Ele nada somos.

A todos da minha família que, de alguma forma, me incentivaram, e me apoiaram em todos os momentos.

Meus agradecimentos aos companheiros de estágio (Helder Américo, Claudia Alves, Jefferson Higino, Layane Marques, Loester França, Bárbara Carvalho, Tuanny Paiva, Ana Tavares, David “Alf”, Rubenita Ribeiro, Seu Jamaci, Rakel Costa e em especial a Jordânia Ramalho pelas palavras amigas nas horas difíceis, e pelos momentos de alegrias e descontrações), amizades essas que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

As pessoas que conheci durante o curso (Déborah Lucena, Jullyette Fernandes, Renata Valdevino, Renata Lopes, Cristina Alves, Polyanna Lira, Sarah Duarte, João Paulo Soares, Priscila Maia, Rianny Lima, Priscila Lima).

Ao meu grande amigo Fernando Coutinho, pois sempre quando precisei da sua ajuda, estava ele prontamente a me ajudar, um ajudando ao outro nesse projeto que almejos conquistar.

Ao professor e meu orientador (MS. Eutrópio Pereira Bezerra) pelo todo incentivo, dedicação, e pela confiança que teve comigo.

A professora Ms^a Anna Carla Queiroz e a professora Ms^a Danielle Alves, por ter aceitado a compor a banca.

A todos os professores do curso que foram importantes na minha vida acadêmica, e em especial a professora Ms^a Esmeralda Porfírio de Sales.

Enfim, agradeço a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente na realização deste trabalho.

“Os arquivos, embora ainda desprezados, desconhecidos, são sem dúvida os guardiões do elemento que moveu, move e moverá o mundo.”

Sebastiana Batista Vieira

RESUMO

Perante a prerrogativa de abraçar o *métier* de arquivista enquanto um profissional empenhado na construção e cuidados essenciais sobre um arquivo, devemos observar, conhecer e avaliar aquelas peças documentais, sob critérios científicos de preservação e cuidados que requerem labor e profissionalismo, deixando-as intactas para o acesso de gerações vindouras. Em um estado de direito, a preservação documental consiste na responsabilidade que temos em evitar que agentes danosos destruam arquivos importantes, sejam eles, agentes biológicos, químicos, ambientais ou físicos, até que mantenham-se em perfeita ordem e não sejam alterados. O Arquivo do Fórum Cível consubstancia a salvaguarda de documentos judiciais de imprescindível relevância para a sociedade, portanto passíveis de maior atenção de profissionais que desenvolvem técnicas coadjuvantes na sua preservação (sob normas) e conservação (questão de consciência). Diante disso, a pesquisa objetivou conhecer as condições de conservação e preservação do Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Moacyr Porto. A pesquisa partiu do seguinte questionamento: Quais as condições de preservação e conservação do Arquivo Judicial do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto? Com base no questionamento, a pesquisa sustentou a hipótese que a preservação e conservação no Arquivo Judicial do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto não garantem vida útil dos documentos. Em termos metodológicos o estudo teve como fundamento a pesquisa empírica com abordagem qualitativa e do tipo exploratória e descritiva. De acordo com o resultado obtido, confirmou a hipótese que foi levantada, pelo fato do arquivo não adotar uma política de preservação dos documentos.

Palavras - Chave: Arquivo. Preservação Documental. Conservação.

ABSTRACT

Given the prerogative to embrace the *métier* of archivist as a professional engaged in the construction and essential care about a file, we should observe, understand and evaluate those documentary pieces under scientific criteria for preservation and care that require labor and professionalism, leaving them intact for access by future generations. In a state of law, the document preservation is the responsibility we have to avoid damaging agents that destroy important files, be they biological, chemical, physical or environmental agents until they remain in perfect order and are not changed. The Civil Archive Forum embodies the safeguarding of legal documents essential relevance to society therefore subject to greater attention to supporting professionals who develop techniques for its preservation (under rules) and conservation (matter of conscience). Therefore, this research aimed to meet the conditions of conservation and preservation of the Civil Court Judicial Forum Archive Judge Moacyr Porto. The research came from the following question What are the conditions of preservation and conservation of the Judicial File Civil Forum Des. Mario Moacyr Porto? Based on the questioning, the research supported the hypothesis that preservation and conservation in the Civil Court Judicial Forum Archive Des. Mario Port Moacyr not guarantee lifespan of documents. Methodologically the study was based on empirical qualitative research and exploratory and descriptive. According to the results, which confirmed the hypothesis was raised, because the file does not adopt a policy of preservation of documents.

Key - Words: File. Document Preservation. Conservation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Fachada do Arquivo do Fórum Cível de João Pessoa	58
Figura 2 – Estado de conservação do equipamento (estantes).....	59
Figura 3 - Incidência de luz solar sobre o arquivo	61
Figura 4 - Processo danificado por agentes biológicos	62
Figura 5 - Infiltrações no arquivo	63
Figura 6 – Processo danificado por água	63
Figura 7 - Caixas na área climatizada em contato com a umidade.	70
Figura 8 - Processos em caixa de papelão danificados	70
Figura 9 - Área de trabalho com paredes úmidas.....	70

LISTA DE QUADRO

Quadro 1: Esquema do “Guarda – Chuva”	44
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	16
2.2 PROBLEMATIZAÇÃO.....	18
2.3 OBJETIVOS.....	18
2.3.1 Objetivo geral.....	18
2.3.2 Objetivos específicos.....	19
2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM	19
2.5 CAMPO EMPÍRICO	19
2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	20
3 APORTE TEÓRICO	21
3.1 DA INVENÇÃO DO PAPEL AO ARQUIVO	21
3.2 O CONCEITO DE DOCUMENTO.....	26
3.3 DA PEDRA AO PAPEL: A CONSERVAÇÃO COMO FATOR INTRÍNSECO DA ESPÉCIE HUMANA.....	31
3.4 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS.....	44
3.5 CONSERVAÇÃO	45
3.6 PROCEDIMENTOS PARA UMA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE DOCUMENTOS.....	46
3.6.1 Degradação causada por agentes ambientais.....	46
3.6.2 Degradação causada por agentes biológicos	48
3.6.3 Degradação causada por agentes químicos.....	52
3.6.4 Degradação causada por agentes físico-mecânicos	53

3.7 A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO	54
4 ANÁLISE DOS DADOS	58
4.1 AMBIENTE DE GUARDA	58
4.2 ESTADO DE CONSERVAÇÃO.....	59
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS.....	65
APÊNDICES	69
APÊNDICE A – FOTOS DO ARQUIVO DO FORUM CÍVEL	70
ANEXOS	71

1 INTRODUÇÃO

De onde emana a característica tão peculiar do homem, que é a de conservar? Não estariam, pois, nossos antepassados mais remotos, incumbidos de conservar alimentos para sobrevivência em estoques nas cercanias da tribo, protegerem-se mutuamente para preservarem-se dos perigos da natureza hostil? Iríamos mais além da ideia sobre conservação e preservação, dois sentidos distintos para: manter as condições como estão, e perpetuar ou abrigar. O gênio humano parece ter nas entranhas o desejo de criar condições para que aquilo que ele cultua, perpetue-se *Ad Futuram Memoriam* (para a lembrança futura). Está presente no conjunto de atributos eminentemente humanos, embora outras espécies animais possam ter um comportamento de proteção e cuidados com sua prole, ou como o João de Barro que tenaz e incansavelmente constrói sua morada para preservação de sua espécie e abrigo de sua cria, parecendo fazê-lo com o mesmo afinco que o fazemos, na construção de arquivos, de suportes e leis que os imprima “poder de verdade”, como argumentara Foucault (1982, p.151):

O que, em dada época, recorta na experiência um campo de saber possível, define o modo de ser dos objetos que nele aparecem, arma o olhar cotidiano de poderes teóricos e define as condições em que se pode enunciar sobre as coisas em discurso reconhecido como verdadeiro.

Gravar nosso passado é uma forma de conservar a memória e, conforme mencionara Colombo (1986, p.19): “Gravar e arquivar o nosso passado parece-nos hoje algo de muito necessário, tão indispensável quanto catalogar cada momento da nossa própria experiência”. Um importante marco inicial para pensarmos a questão da conservação de forma contundente, deu-se no Império Romano, quando o imperador Alexandre Severo (Marcus Aurelius Severus Alexandrus), nascido em Arca Cesarea (208-235 d.C.), decretara que fossem aplicadas multas àqueles que obtivessem imóveis e os demolisse depois. A Roma Antiga (753 a.C.-476 d.C.), desenvolvera um código de normas e convenções sociais voltadas para a conservação do *Status Quo* da cidade, ou sua imagem icônica. Tal atitude foi transmitida, como herança cultural, ao Império Bizantino (este, continuação do Império Romano na Idade Tardia e Idade Média).

É interessante a difusão de leis no século IV de nossa era, coibidoras de eventuais descaracterizações de fachadas e ornamentos. Conservar é um ato

político, uma escolha. No afã de conservarem suas imagens, chefes de Estado valem-se de seus assessores de *marketing*. Divulgar, portanto, a necessidade de conservar, é um ato político que precisa ser disseminado, para não termos que restaurar depois, escolha essa que custaria caro. À manipulação do estado sobre as leis e controle sobre o próprio comportamento social, para “conservar” o poder dominante, como *Animus Apropriandi* (intenção de apropriar-se) evoca-nos o que dissera Foucault (2009, p.281):

A arte de governar deve responder essencialmente às seguintes questões: como introduzir a economia – isto é, a maneira de gerir corretamente os indivíduos, os bens, as riquezas, no interior da família ao nível da gestão de um Estado? É ter uma forma de vigilância e controle tão atenta quanto a do pai de família.

Quando iniciara-se a Idade Moderna, por volta de 1.453 de nossa era, a Itália passava pela Renascença entre o fim do século XIV e início do século XVII e, naquele tempo, decidiram-se pela criação de medidas de proteção do antigo património assente por todo país, algo emanado da Igreja, que, à priori, desenvolvera medidas em prol da conservação de documentos e do conjunto arquitetônico. Tempos depois, o Barroco, que eclodiu do final do século XVII até o vitoriano, propiciou disseminação de obras de conservação e reconstrução castelar, bem como às catedrais europeias, como as da Alemanha, Itália e França. Esta, na Revolução Francesa, divulgara um decreto concernente à condição da propriedade pública de incluir o conjunto das antiguidades nacionais. No século passado, a Alemanha tornou notória uma lei de proteção ao património, cujo teor fora ampliado no decurso inicial do século XX. O aperfeiçoamento concernente à conservação, cuja importância, como *Beneficium Fortunae* (circunstância favorável) ganhou qualidade de moderna legislação em outubro de 1931, após o que se convencionou como “Carta de Atenas”. O fator transitório acima apontado, nos remete à Bellotto (2006, p.143):

Assim como nos arquivos em formação e nos de idade intermediária, impõe-se uma estreita colaboração entre os arquivistas e as instâncias administrativas, para que o fluxo documental e dê de forma correta e proveitosa em ambos os pólos: onde se inicia e onde termina.

Em nosso tempo, não faltam normas, padrões e condutas, e nesse ponto, a conservação e restauro de obras de documentos antigos ou modernos, que

passaram por avaria, destruição parcial ou não, terão prioridades, enquanto aquele que aplicará ações desse tipo precisa trazer consigo conhecimentos gerais, especialmente princípios arquivísticos. Um sinônimo para conservação imprimiria sentido de arte, pois cabe ao executor das técnicas de conservação e restauração, saberes que esclareçam-no sobre o valor histórico e cultural da “peça” que está sob sua responsabilidade. Conservar imprime-nos um mérito de uma atividade cujo “objeto reparação” ou atuação preventiva de qualquer documento ou artefato, requeira uma intervenção para preservar sua integridade física, assim como seu valor artístico, respeitando-se a integridade da obra original.

Segundo Cesare Brandi, mencionara, o tema da restauração precisa encaminhar-se para o reestabelecimento da unidade potencial da obra de arte, e, dentro das possibilidades e sempre que isso seja possível sem cometer uma falsificação artística ou uma falsificação histórica, em documento ou suporte algum. Pegadas não devem ser apagadas. No âmbito da arquitetura, a restauração consiste em manter a funcionalidade, uma vez que, para preservar estrutura e unidade do edifício, reparar rachaduras ou pequenos defeitos que podem surgir dentro e fora dos materiais. Políticas de preservação poderiam coibir atos de vandalismo.

No que diz respeito ao suporte de um documento, nos prontifica a correlacioná-lo como material sobre o qual informações são registradas. E tais materiais, bem como os suportes, mudaram conforme o homem evoluía intelectualmente. Assim, ao longo da história da humanidade uma enorme gama de instrumentos utilizados para registro e disseminação do conhecimento, além da tradição oral, ainda viva em muitas comunidades (e porque não dizer em nossa vida cotidiana). Podemos citar como suportes históricos: pedras, placas de bronze, tabuinhas de argila ou cera, papiros, peças de linho, seda, pergaminhos, fotografias e papel tal qual o conhecemos hoje, além dos suportes tecnológicos do século XX, como, *DVDs*, *CDs*, fitas de vídeo.

Os arquivos tanto público ou privado tem como função primordial o acesso à informação de uma maneira ágil e precisa, surge daí então a preocupação em manter essas informações em condições favoráveis à pesquisa. Entretanto, muitas dessas informações estão se perdendo em um processo de deterioração durante o passar do tempo, por muita das vezes por uma falta de uma política de preservação.

A preservação dos documentos se faz importante no fato que eles constituem a memória e a cultura de um determinado povo ou de uma instituição.

Diante disso, este trabalho teve como objetivo, analisar as condições de conservação e preservação do Arquivo Judicial do Fórum Cível. Partimos da hipótese que a preservação e conservação no Arquivo Judicial do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto não garantem vida útil dos documentos.

O impulso motivador que ajudara-nos na estruturação deste trabalho teve seu nascedouro durante observações profícuas realizadas durante o período de estágio *in lócus* da pesquisa realizada concernentes a preservação e conservação dos documentos que, *ab initio*, chamaram-nos atenção.

No que diz a respeito à importância do objeto e de sua contribuição para a Arquivologia, sua participação proporciona mais uma fonte de pesquisa há novos trabalhos vindouros sobre esse assunto.

Para mim, enquanto futuro arquivista, tal pesquisa apresenta-se com relevante importância na efetiva construção de conhecimento sobre o tema abordado, aumentando, por conseguinte, no decorrer da minha vida profissional.

Enfim, esse estudo é de suma importância para a sociedade envolvida, uma vez que trará esclarecimentos sobre a importância da preservação e conservação nos acervos, e da importância da implementação da política de preservação por parte das instituições.

Nosso trabalho divide-se em cinco capítulos: no primeiro capítulo temos a introdução, onde encontramos uma breve descrição sobre o tema abordado, no segundo capítulo encontram-se os procedimentos metodológicos, no qual são mostrados os caminhos metodológicos utilizados, no terceiro capítulo se inicia o aporte teórico que vai desde a história do termo conservar, até a preservação e conservação dos documentos e sua importância. No quarto capítulo é apresentada a análise de dados, dados esses que foram levantados por meio da observação, e por fim, o quinto capítulo, têm-se as considerações finais, confirmando assim a hipótese levantada na pesquisa.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo, abordamos os procedimentos metodológicos, escolhemos como instrumento de pesquisa – a observação participante – pelo fato de está em vivência do local estudado. Destacamos a metodologia utilizada para a coleta e a análise dos dados da pesquisa, com vistas a construir um diagnóstico, uma averiguação da situação física do arquivo e a identificação dos fatores de deterioração da documentação, no que concerne a preservação e conservação dos documentos acerca do objeto de estudo ora apresentado.

Com isso, método a ser utilizado no labor acadêmico em foco é o da “Compilação”, com a devida exposição de pensamentos de inúmeros autores acerca do tema escolhido. Como se trata de um estudo que tem a preservação e conservação dos documentos como eixo de análise, a metodologia adotada, necessariamente, articula-se com a perspectiva teórica subsidiária do estudo.

Entendemos assim, que metodologia está intimamente ligada à apresentação dos procedimentos adotados na investigação de uma pesquisa. Detalha as estratégias metodológicas, o tipo de pesquisa, possibilitando trilhar um rumo pelo qual será orientado ao planejamento e desenvolvimento, visando ir em busca da obtenção de dados a serem analisados e, enfim, tudo que se emprega em um trabalho de pesquisa.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

O presente trabalho classifica-se como o resultado de um empreendimento empírico ou de campo, em que “o objeto/fonte é abordado em seu meio ambiente próprio” (SEVERINO;2007, p.123). Isso se esboçaria naquilo que eminentemente se nos desponta com base na vivência ou experiência do autor, com o objetivo de se chegar à conclusões acerca de fenômenos estudados perante o campo empírico apontado. Segundo Michel (2009, p.43), tal classificação:

Trata-se da coleta de dados do ambiente natural, como objetivo de observar, criticar a vida real, com base em teoria, para verificar como a teoria estudada se comporta na vida real. Confrontando a teoria na prática, permite responder ao problema e atingir os objetivos.

Nos estudos de campo, o pesquisador tem como vantagem a vivência direta com o fenômeno ou situação de estudo, havendo, diante da participação naquele estudo, maiores probabilidades de serem ofertadas, às suas indagações, respostas mais confiáveis (GIL, 2007).

Outrossim, no decorrer do trabalho de pesquisa, foi utilizada a abordagem qualitativa que, segundo Richardson (1999, p.79), o método qualitativo é diferente do quantitativo “à medida que não emprega instrumentos estatísticos como base do processo de análise de um problema”. E ainda, para tal abordagem, informa-nos Rodrigues (2007, p.38) que: “qualitativa é a pesquisa que, predominantemente, pondera, sopesa, analisa e interpreta dados relativos à natureza dos fenômenos”.

Em relação ao(s) tipo(s) da pesquisa adotada(s), foram: a descritiva e a exploratória. A pesquisa exploratória, segundo Rodrigues (2007, p.22) afirma:

A pesquisa exploratória destina-se a esclarecer do que se trata, a reconhecer a natureza do fenômeno, a situá-lo no tempo e no espaço, a inventariar as suas manifestações variadas, seus elementos constitutivos ou as configurações presentes às suas manifestações.

As pesquisas exploratórias, segundo Gil (1999, p.43) visa proporcionar uma visão geral de um determinado fato, do tipo aproximativo. Já a pesquisa descritiva, explica-nos Rodrigues (2007, p.28) que:

Descritivo é o estudo que apresenta informações, dados, inventários de elementos constitutivos ou contíguos ao objeto, dizendo o que ele é, do que se compõe, em que lugar está localizado no tempo e no espaço, revelando periodicidade, indicando possíveis regularidades ou irregularidades, mensurando, classificando segundo semelhanças e diferenças, situando-o conforme as circunstâncias.

Para Gil (2002, p.42), “as pesquisas descritivas tem como objeto primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Para os meios de investigação foi utilizada a pesquisa bibliográfica e estudo de caso. Estudo de caso, de acordo com Gil (2010, p.37) remete-nos à ideia de que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados.”. Enquanto para Vergara (2011, p.44): “Estudo de caso é o circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas

como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país”.

Nas palavras de Barros (2007, p.85), temos que: “A pesquisa bibliográfica é a que efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimento a partir do emprego predominante de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”. E, consoante às palavras de Rodrigues (2007, p.43), percebemos que: “Bibliografia é a pesquisa limitada à busca de informação em livros e outros meios de publicação”.

2.2 PROBLEMATIZAÇÃO

O arquivo, mas especificamente os arquivos físicos, muitas das vezes por um mau planejamento do acervo, ou, por uma falta de não compreensão por parte das instituições públicas e privadas em preservar seus documentos, vem sofrendo deterioração desse tipo de suporte, prejudicando assim o acesso à informação.

Sendo assim a preservação e a conservação tem como objetivo de adotar medidas para estabilizar ou amenizar os processos de degradação do acervo, prolongando o tempo de vida e a qualidade de acesso às informações.

Diante do exposto, a proposta do estudo tem como objetivo de analisar as condições de preservação e conservação do Arquivo Judicial do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto, em João Pessoa.

Esse trabalho parte da seguinte questão de pesquisa: Quais as condições de preservação e conservação do Arquivo Judicial do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto, João Pessoa – PB?

2.3 OBJETIVOS

2.3.1 Objetivo geral

Analisar as condições de conservação e preservação do Arquivo Judicial do Fórum Cível Desembargador Moacyr Porto, João Pessoa, PB.

2.3.2 Objetivos específicos

- Averiguar a situação física do arquivo;
- Produzir um diagnóstico concernente às ações de conservação e preservação que estão sendo aplicadas;
- Identificar os fatores de deterioração da documentação física.

2.4 UNIVERSO E AMOSTRAGEM

O universo do presente trabalho trata-se do Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto. Para Gil (2007, p. 99) universo “é um conjunto definido de elementos que possuem determinadas características. Comumente fala-se de população como referência ao total de habitantes de determinado lugar”.

Sendo assim, a amostra caracteriza-se como sendo o Arquivo Judicial do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto, tendo em vista que a atual pesquisa teve como objetivo investigar as dificuldades encontradas no dia-a-dia do arquivo concernentes à preservação e conservação de seu acervo. De acordo com Marconi e Lakatos (2008, p.25) define amostra como “uma porção ou parcela, conveniente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo”.

2.5 CAMPO EMPÍRICO

O Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto, que fica na Av. João Machado, S/N, Centro, é o maior fórum da comarca da Capital e do Poder Judiciário Estadual. O edifício também pode ser acessado pela Av. Monsenhor Almeida – que dá acesso ao seu estacionamento público.

No atual espaço, funcionam as 18 varas cíveis de João Pessoa, 4 juizados especiais cíveis, 7 varas de família, 6 varas da fazenda pública, uma vara de sucessões, uma vara de feitos especiais, um juizado do consumidor e da microempresa, três turmas recursais e duas varas de executivo fiscal – além dos juizados auxiliares às varas. O edifício começou a funcionar no final de 2006 e substituiu o antigo Fórum sediado ao lado do Tribunal de Justiça – onde hoje funciona como Anexo Judiciário do mesmo.

Já o Arquivo Judicial do Fórum Cível tem o funcionamento em outro prédio, no qual é localizado na Rua Senador João Lira, nº 207, bairro de Jaguaribe, no qual o mesmo é interligado ao do Fórum Cível Des. Mário Moacyr Porto que é localizado na Av. João Machado, no bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa.

O setor conta com dois compartimentos, a área administrativa (climatizada), e a outra parte é uma área coberta cuja medição é de 28 x 24 metros quadrados, cuja área é o arquivo em si.

O Arquivo Judicial tem sobre a sua custódia processos de diversas varas, no qual é composto de 17 Varas Cíveis, 6 Varas da Fazenda Pública, 2 Varas de Executivos Fiscais, 7 Varas de Família e 1 Vara de Feitos Especiais.

2.6 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

O instrumento que foi utilizado para coletar os dados da pesquisa foi a observação. GIL (2007, p. 110) fala que “a observação nada mais é que o uso dos sentidos com vistas a adquirir os conhecimentos necessários para o cotidiano”. Marconi e Lakatos (2008, p. 193) afirmam que “a observação ajuda ao pesquisador a identificar e a obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento”.

Sendo assim utilizamos a observação participante, no qual “consiste na participação do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Neste caso, o observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo”. (GIL, 2007, P. 113).

3 APORTE TEÓRICO

3.1 DA INVENÇÃO DO PAPEL AO ARQUIVO

Antes da invenção do papel, o homem se utilizava de diversas formas para se expressar através da escrita, que foi tão revolucionária quanto a revolução agrícola ou neolítica entre 10.000 e 7.000 a.C., que marcou a passagem do nomadismo para a sedentarização do homo sapiens. Diversos materiais extraídos da natureza ajudaram o homem como suporte da escrita. Conforme descreve CABRALES (2009):

Antes da invenção do papel outros vegetais foram usados como suporte de escrita. Folhas de palmeira e tiras de bambu eram usados no Oriente. Os polinésios e havaianos, assim como os chineses, desde a pré-história usavam uma entrecasca de árvore que ficou conhecida como tapa. O tapa é muito parecido com o tururi que os índios Ticuna preparam no Brasil usando a entrecasca de árvores do tipo ficus. Cortando o tronco da árvore e golpeando com macetes de madeira a entrecasca se separa. Ela é lavada e cortada. Com ela os ticunas preparam roupas rituais e também muitos artefatos utilitários. Hoje fazem também produção para turistas. Também de entrecasca era feito pelos maias um material com o qual eles escreviam e construíam códices. Hoje este conhecimento sobrevive através dos índios Otomi, no México. Este material se chama amatl. O amate é este material com as pinturas típicas mexicanas.

A história da arte rupestre, como uma designação relacionada às representações artísticas pré-históricas sobre superfícies de paredes de cavernas, vão desde desenhos nos tetos e outras superfícies possíveis, como também em abrigos rochosos, seja ao ar livre ou não. Essa cultura foi dividida em: a pintura rupestre, composições elaboradas com pigmentos, a gravura rupestre, imagens gravadas sob incisões (entalhes feitos com instrumentos cortantes) na própria rocha. Até que a superfície intacta fosse, gradualmente deixada para trás, para os caracteres serem inseridos em suportes móveis, levaram-se milhares de anos. O papel em si, é uma invenção de nossa era que, conforme aponta DOCTORS (1999, p.24):

O papel foi inventado em 105 d. C. por Cai Lun, alto funcionário da corte imperial, na dinastia Han (206 a.C – 220 d.C.), numa época que correspondia, no ocidente ao reinado do imperador Trajano. A vitória dos árabes contra os chineses na batalha de Talas, perto do lago Balkhach, em 751 d.C., permitiu a captura de artesãos chineses

conhecedores da técnica de fabricação de papel, o que levou os árabes a produzi-lo em Bagdá por volta de 793 d.C. A Europa só veio a fabricar no século XIV. A primeira máquina de fabricação de papel foi inventada por Nicholas-Louis Robert, por volta de 1797. John Dickinson, em 1809, inventou a primeira máquina cilíndrica para a produção de papel, iniciando o método moderno de fabricá-lo.

Fisicamente, o papel constitui-se em um material fibroso de origem vegetal, usualmente conformado ou acondicionado sob forma de folhas ou rolos. Seu conceito poderia ser estabelecido enquanto um composto de origem vegetal que é obtido a partir da justaposição artificial de fibras celulósicas. Com esse pressuposto, presumimos que sua composição química varia proporcionalmente ao tipo de planta utilizado. Em química consideraríamos o emprego de uma fórmula como as ligações de hidrogênio, e por outro lado, o papel se nos apresenta como principal constituinte a celulose, um polímero, mais especificamente um polissacarídeo (ou glicano) construído a partir de monômeros de β -D-Glucose. A D-Glucose ($C_6H_{12}O_6$) corresponde a um sacarídeo que possui 5 grupos álcool (OH) e um grupo aldeído (COH) no carbono 1. Essa constituição se forma desde uma espécie de pasta daqueles elementos fibrosos, secada sob a forma de folhas, as quais passam a ser usualmente utilizadas para grafia em geral ou imprimir, embalar.

Historicamente, na Índia eram usadas as folhas de palmeiras, já os esquimós utilizavam ossos de baleia e dentes de foca. As materiais primas mais famosas e próximas do papel foram o papiro e o pergaminho. O primeiro foi inventado pelos egípcios, o pergaminho era muito mais resistente, pois se tratava de pele de animal, geralmente cordeiro e bezerras, no qual se reutilizava diversas vezes através de um banho. O sítio eletrônico (<http://www.fcgov.com/recycling/pdf/history-papermaking.pdf>) nos traz uma cronologia histórica para a invenção do papel:

- 2.400 a.C.: Papiro, originalmente, uma planta perene da família das ciperáceas cujo nome científico corresponde a *Cyperus papyrus*, ao passo que poderia também ser o meio físico usado para a escrita, que fora precursora do papel durante a Antiguidade, especialmente no Antigo Egito, território palco de sua invenção, como descrito acima; assim como sobre as civilizações do Oriente Médio: hebreus, babilônios, o mundo greco-romano;
- 200 a.C.: Primeiro papel feito com espinhas de peixe, na China;
- 105 a.D.: Primeiro papel feito com plantas em Lei-Yang, China;

- 700 a.C.: Os islâmicos aprenderam a arte de fazer papel pelos chineses;
- 1.150 a.D.: Primeiro moinho de papel construído na Espanha;
- 1.494 d.C.: A Inglaterra abastece suas colônias com papel;
- 1.690.: Primeiro moinho de papel construído na Pennsylvania, E.U.A.;
- 1.883 d.C.: Inventado o primeiro empório ou mercado de papel (Grocery bag).

A relação dos chineses com a invenção do papel dá-se na medida em que, por volta do século VI a.C. sabe-se que eles começaram a produzir uma espécie de papel de seda branco, próprio para pintura e para escrita. Em 105 d.C., por ordem do imperador chinês Chien-ch'u, T'sai Lun os chineses produziram uma substância feita de fibras da casca da amoreira, restos de roupas e cânhamo, umedecendo e batendo-se a mistura até formar uma pasta. Esta, por sua vez, era peneirada e secada ao sol, que ao final do processo a fina camada transformada era convertida numa folha de papel.

Tal técnica manual se disseminou séculos depois para África e Europa. Porém, o auge da fabricação do papel se deu nos séculos XV e XVII, através de Johannes Gutenberg ao inventar a imprensa e tornar os livros acessíveis ao grande público, o que demandou quantidades maiores de papel. Durante boa parte de sua história, o papel foi fabricado à mão, contudo, em 1789, foi inventada na França, por Nicholas-Louis Robert, a primeira máquina para fazer papel, a tecnologia foi se aprimorando ao longo do tempo, até que na segunda metade do século XIX a madeira substituiu trapos na produção de papel.

A evolução do suporte se deu por diversas fases, como vimos, mostrando que a humanidade necessitava da informação escrita. Dessa feita, desde os tempos mais remotos e com a finalidade de representar objetos inanimados ou em movimento, o homem vem desenhando nas superfícies dos mais diferentes materiais. Nesta atividade, tão intimamente ligada ao raciocínio, ele utilizou, antes de tudo, superfícies disseminadas pela natureza, tais como paredes rochosas, pedras, ossos, folhas de certas plantas, etc. No transcorrer dessa relação, o desenvolvimento da inteligência humana e representações gráficas foram ganhando mais complexidade, passando a atingir o campo das ideias. Com o passar do tempo e solidificação do crescente domínio daquelas circunstâncias que predispôs sociedades inteiras perante o uso de utensílios por ele criado, levou-se o homem a desenvolver suportes mais adequados para representações gráficas.

É com tal finalidade que a história regista o uso de tabletes de barro cozido, tecidos de fibras diversas, papiros, pergaminhos e, finalmente, papel. Por fim, a maioria dos historiadores concorda em atribuir a Cai Luan (ou Tsai Luan) da China a primazia na concepção do papel por meio da “polpação” de redes de pesca e trapos, vindo mais tarde a usar fibras vegetais. Processo este que representou um cozimento intenso das fibras, seguido de batidas e esmagaduras. Como produto desse processo rudimentar, a pasta obtida pela dispersão das fibras era depurada e a folha, formada sobre uma peneira feita de juncos delgados unidos entre si por seda ou crina, era fixada sobre uma armação de madeira. Conseguia-se formar a folha celulósica sobre este molde, mediante uma submersão do mesmo na tinta contendo a dispersão das fibras ou mediante o despejo da certa quantidade da dispersão sobre o molde ou peneira. Procedia-se a secagem da folha, comprimindo-a sobre a placa de material poroso ou deixando-a pendurada ao ar. Concluímos que os espécimes que chegaram até os nossos dias provam que o papel feito pelos antigos chineses era de alta qualidade, o que permite, até mesmo, compará-los ao papel feito atualmente.

Após milênios de aperfeiçoamento das formas de emprego do suporte para desenho e, mais tarde, da escrita hieroglífica com suporte, em 4.000 a.C., a ideia de arquivo com espaço para guardar e proteger um acervo ou conjunto de documentos socialmente importantes, não terá um consenso tão afirmado entre os estudiosos. Segundo Paes (2004, p.19):

Há dúvidas quanto à origem do termo arquivo. Alguns afirmam ter surgido na antiga Grécia, com a denominação de arché, atribuída ao palácio dos magistrados. Daí evoluiu para *archeion*, local de guarda e depósito dos documentos (...) As definições antigas acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, tendo sempre relação com os direitos das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos.

Em Arquivologia, arquivo é um conjunto de documentos criados ou recebidos por uma organização, firma ou indivíduo, que os mantém ordenadamente como fonte de informação para a execução de suas atividades. A ação que corresponde àquela ciência define-se nas palavras de Vela (1973, p.17) como:

Poder-se-ia definir arquivar como a arte de colocar e conservar numa mesma ordem, devidamente classificados, toda correspondência, documentos e outros papéis relacionados com um indivíduo ou uma firma,

com certa divisão geográfica, ou sobre determinado assunto, e assim por diante, de tal forma que estejam protegidos contra deterioração, destruição ou perda, e ao mesmo tempo facilite a localização e manejo dos documentos.

Dessa forma, documentos preservados pelo arquivo podem ser de vários tipos e em vários suportes. As entidades mantenedoras de arquivos podem ser públicas (Federal, Estadual Distrital, Municipal), institucionais, comerciais e pessoais. No Brasil, a política de arquivos públicos e privados é gerenciada pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), órgão ligado ao Arquivo Nacional. Do latim *archívum*, lugar onde se guardam os documentos. Lugar onde se guardam documentos. Conjunto de documentos escritos, fotográficos, microfilmes, etc. Conjunto de dados organizados, segundo a sua natureza e o seu uso, em suporte magnético. Á guisa de destaque de uma época para o surgimento de um arquivo propriamente dito, segundo a evolução das concepções científicas, iluministas, na concretude de novos valores que entram no cenário mundial após a dupla revolução francesa e inglesa, é que, na segunda metade do século XIX, surge o arquivo, mais precisamente em 1898. Fato este que concebeu-o o primeiro conceito de arquivo a partir do Manual dos Holandeses, o qual vem definir arquivo como sendo:

O conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário (Associação dos Arquivistas Holandeses; 1975, P.13).

O conceito de arquivo é polissêmico, com diversos entendimentos e concepções, como por exemplo, a definição da Lei 8.159, que considera o arquivo enquanto “os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos” (BRASIL, 1991).

Os arquivos possuem a finalidade de servir à administração que os criou e ao conhecimento histórico da mesma instituição. E a função do arquivo está ligado na facilidade de acesso às informações de maneira ágil e precisa. Bellotto (2006, p.227) faz a seguinte reflexão sobre os arquivos:

Os arquivos (...) devem atender fundamentalmente às necessidades das administrações a que servem: representam o seu arsenal, constituem sua base operacional seja na idade corrente, dos arquivos de gestão, seja já nas instâncias da inatividade, quando ainda – e sempre – guardam sua validade informacional.

Como nosso enfoque voltar-se-á para o arquivo público, segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia (2004, p. 27) há uma definição acerca do que seria um arquivo público que, nas palavras daquele compêndio indicam que: “arquivo é de entidade coletiva pública, independente de seu âmbito de ação e do sistema de governo do país”. Com isso percebemos a grande importância do acompanhamento que vai desde a criação até a armazenagem/guarda dos documentos, mediante uma conservação e preservação para que todas as informações contidas em seus diversos suportes venham servir como prova.

3.2 O CONCEITO DE DOCUMENTO

A distância entre a administração e a história, no que concerne os documentos, é, pois, apenas uma questão de tempo. Isto quer dizer que os arquivos administrativos guardam os documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardadas orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados. (BELLOTTO, 2006).

O conceito de documento (do latim *documentum*), possui diferentes significados, podendo ser desde uma carta, ou diploma ou qualquer escrito que reproduza um fato e, segundo PAES (2004, p. 20): “Devem servir de prova de transações realizadas (...) Um documento, destacado de seu conjunto, do todo a que pertence, significa muito menos do que quando em conjunto”. Também se trata de um texto que apresenta dados susceptíveis de serem utilizados para comprovação. Partindo-se do princípio de que a História, auxiliada pela Cronologia emanada da junção de *chronos* e logos ou estudo do tempo, vem representar o conhecimento através da investigação, que se debruça sobre pesquisas documentais, à facilitação dos meios de busca, que possam auferir revelações acerca das circunstâncias nas quais fora(m) produzido(s), atinentes à produção da jurisprudência, característica essa já encontrada nas primeiras concepções de documentos, conforme discernira BELLOTTO (2006 p.175):

Os primeiros documentos escritos surgiram não com a finalidade de, posteriormente, se fazer com eles a história, mas com objetivos jurídicos, funcionais e administrativos – documentos que o tempo tornaria históricos (..) Os arquivos permanentes devem, pois, estar munidos de um retrato credível de seu acervo, o que é conseguido através dos respectivos meios de busca.

Quanto à implicação temporal que provém à História, Hobsbawm (1998, p. 35) afora-nos o seguinte comentário: “A história, unidade do passado, presente e futuro, pode ser algo universalmente apreendido, por deficiente que seja a capacidade humana de evoca-la e registrá-la”. Entrementes, na detecção dos detalhes assentes no documento, nos mais variados suportes que o tempo nos legou, o arquivista e o historiador defrontar-se-iam com elementos distinguidos, nas palavras de Bellotto (2006, p. 55), como:

Há autores que distinguem e detalham, no caso do suporte, seus vários aspectos: a “matéria subjetiva”, isto é, o papiro, o pergaminho, o papel etc.; a “matéria aparente”, isto é, as tintas utilizadas; e a “matéria instrumental”, isto é, a pena de ave, a pena metálica etc.; a “grafia”, isto é, o traçado das letras; e a “forma mecânica”, a pautação, paragrafação, pontuação, abreviaturas etc. Os caracteres ou elementos internos ou substantivos são a proveniência, isto é, a instituição ou a pessoa legitimamente responsável pela produção, acumulação ou guarda do documento.

A racionalidade humana fora capaz de produzir representações, cuja influência escoa na História. Esta, por sua vez, apresenta larga interação com a Arquivística, na medida em que a Arquivologia, enquanto ciência ou arte do arquivista, tem incitado questionamentos quanto à sua prática e arcabouço teórico metodológico. Apesar disso, aquela última ciência utiliza um conhecimento interdisciplinar racional e sistemático, cerceada pelas representações humanas, em um espaço que, segundo as palavras de Santos (2009, p. 63): “O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”. O documento jurídico, inserido em arquivo especializado que segundo PAES (2004, P.23): “resultante da experiência humana num campo específico”, no seu espaço físico, alude toda uma construção intelectual, cuja intenção remete-o ao poder, que sob uma bela metáfora, informa-nos Blaise Pascal: “Pelo espaço o Universo me agarra e me engole como uma partícula; pelo pensamento sou eu que o agarro”. O crítico literário J. Tynianov considera que os documentos mentem tanto quanto os homens, e diríamos, valendo-se de

(HOBSBAWM, 1998, p.15) que formulara a ideia de que “países atrasados imitaram, nos séculos XIX e XX, os países ricos”, que produzem material documental importante que se mescla à outros, sem valor comparável, na medida que, segundo SCHELLENBERG (2006, p.69):

Os documentos importantes são difíceis de classificar para uso corrente. Os que fixam uma política nem sempre podem ser identificados como tal, quando são inicialmente expedidos. As decisões de política em relação a determinados casos e, assim, os documentos referentes a elas podem ser arquivados intercaladamente com outros que não apresentam valor duradouro, mas também são relativos aos mesmos casos com que estavam inicialmente ligados aqueles documentos. Os documentos referentes a diretrizes e normas – de um modo geral distintos de assuntos específicos – são difíceis de reunir para se organizar em unidades de arquivamento e difíceis de identificar de forma que seu valor se torne evidente. Por outro lado, os documentos sobre operações de rotina são facilmente classificáveis.

Remetemo-nos à SCHELLENBERG (2006, p.33), quando ele dispõe que: “Os documentos, mesmo os mais antigos, são necessários às atividades do governo (...) Em suma, constituem os alicerces sobre os quais se ergue a estrutura de uma nação”. Configuram-se como fruto das modificações estruturais da sociedade no passado ou na contemporaneidade, incorporam direta relação com as consequências radiais da Revolução Industrial e da Revolução Francesa, esta última, vista por SCHELLENBERG (2006, p.27) quando são: “documentos considerados básicos para a manutenção de uma antiga sociedade e para o estabelecimento de uma nova”. O documento conclama as formas padronizadas de conduta no interior de qualquer grupo, em uma sociedade pela qual nem a religião nem o Estado evitaram sua anomia, sobretudo quando o único mecanismo de coesão dessa sociedade seria a solidariedade social (DURKHEIM, 2004). No suporte papel temos simbologias que nos apresentam quanto o tempo e o contexto histórico possam permiti-las, como marca indissociável, indelével, verdadeiro objeto que se transformou ante a evolução inerente à habilidade humana em aperfeiçoar o que cria, conforme sugere SANTOS (2009, p.63):

No começo era a natureza selvagem, formada por objetos fabricados, objetos técnicos, mecanizados e, depois, cibernéticos (...) Copiando de forma simplória o que está escrito por Marx, teríamos um sistema de objetos sinônimo de um conjunto de forças produtivas e um sistema de ações que nos dariam um conjunto das relações sociais de produção (...) Hoje as chamadas forças produtivas são, também, relação de produção. E vice-versa. A interdependência entre forças produtivas e relações de produção

se amplia, suas influências são cada vez mais recíprocas, uma define a outra cada vez mais, uma é cada vez mais a outra. As forças produtivas são relações de produção, as relações de produção são forças produtivas.

Detentor daquela capacidade de propiciar uma informação arquivística, temos que o documento se presta como “referente às informações de outra natureza: a de que ela é produzida dentro do contexto do exercício das funções/objetivos a que se propõem as entidades” (BELLOTTO, 2008, p.17). A partir dessa reflexão, conjecturamos o quanto o objeto da história assenta-se nos registros coletados das ações humanas, sob cuja representação o homem (re)cria outros reunidos em arquivos especiais (PAES, 2004, p.22), expressos na qualidade típica da linguagem comunicativa, como a fotografia, discos, fitas, clichés, sujeitos à tratamento especial, conforme diz a altura; porém, o desenho, os textos escritos, pinturas e esculturas, construções arquitetônicas, esculturas, documentos de arquivos, assim como os de ordem filmográfica antes citado, são materiais disponíveis enquanto distinguidos “da atividade resultante de outros usos (...) que nascem do cumprimento dos objetivos para os quais foram criados” (SCHELLENBERG, 2006, p.180), para a construção do conhecimento sujeita à análise subjetiva do historiador ou dos princípios e técnicas empregados pelo arquivista, que também podem ser peças cujo: “interesse dessas análises reside no esclarecimento que oferecem sobre o mecanismo de transformação econômica nas circunstâncias específicas nas quais, historicamente, ocorreu ou deixou de acontecer” (HOBSBAWM, 1998, p.135). Documento, enquanto objeto detentor de uma “vida própria”, exterior ao indivíduo e sobre ele incidente, evoca um sentido mencionado por (SANTOS apud VILHENA, 2009, p.67):

Para Vilhena, o objeto é independente do sujeito que conhece. Tem uma existência própria, resultado de uma história própria – ainda que não independente da história da sociedade. O indivíduo se defronta com essa objetividade que lhe é exterior, realidade que dele não depende, mas que, como falo, incide sobre ele.

A interdisciplinaridade quando comunga em conjunto com esferas da porção imaginária típica do homem, empreendidas na Arquivologia que, tal qual outras ciências humanas e sociais, também são sujeitas a um “mecanismo” HOBSBAWM (1998, p.163), tornando-se fundamentos para uma composição da história cultural e das mentalidades. O documento reúne esse substrato. E se transpormos nossa observação na contemporaneidade, testemunharemos uma proliferação de

informações produzidas, estimuladas e (re)escritas pela indústria cultural e midiática. O documento, entremeado em uma cultura social, é objeto passível de relaciona-se com comportamentos humanos alinhados em alguma ideologia, na qualidade parcial de um sistema de valores e tradições, que não surge do acaso, mas como produto do homem. Le Goff (2003;p.101) nos demonstra que:

Os documentos não aparecem, aqui ou ali, pelo efeito de um qualquer imprescritável desígnio dos deuses ... (eles) dependem de causas humanas que não escapam de forma alguma à análise, e os problemas postos pela sua transmissão.

Quando Jacques Le Goff, historiador oriundo da região francesa de Alpes-Costa-Azul, nascido em Toulon, nos alude acerca de Documento, consegue discernir com a ideia de que o é impossível restaurar o real já vivido, na medida que constitui-se de algo com sua característica intencional, enquanto produto de uma orientação segundo um contexto histórico no qual fora produzido, o que pressupõe sê-lo passível de análise e crítica, em um mundo construído como “um caleidoscópio de situações” (SANTOS, 2009, p.163). Ele prossegue dizendo que devemos evitar ideias preconcebidas antes da leitura do documento (COULANGES apud LE GOFF, p.536):

A leitura dos documentos não serviria, pois, para nada se fosse feita com ideias preconcebidas. A sua única habilidade (do historiador) consiste em tirar dos documentos tudo o que eles contêm. O melhor historiador é aquele que se mantém o mais próximo possível dos textos.

As referências bibliográficas por nós elencada para o transcurso de nossa pesquisa também são consideradas como recursos usados como materiais de representações humanas, como na fotografia, eminentemente ligada a uma linguagem particular e repleta de significados, que, como o atributo subjetivo do historiador e do arquivista, assim também, é estabelecido entre o fotografo e o objeto de sua imagem, determinados preceitos ideológicos, que sobressaem em um “arquivo que nunca termina (...) sendo para posteridade” (SCHELLENBERG, 2006, p.172) úteis para confecção de uma mensagem intencional. Como exemplo deste “olhar” do fotógrafo, citaríamos o quanto Pablo Picasso fora imprescindível ao surgimento do cubismo, tal qual Fernad Léger, falecido em 1955, com sua telas “identificáveis” com tons fortes de tinta, ou os desenhos de Jean Baptiste Debret,

falecido em 1848, representando indígenas brasileiros. O olhar desse artista revela-nos o neoclassicismo presente no tipo idealizado do índio, assim como o documento possui um valor específico, que pressupõe certos atos administrativos ou eventos únicos, mencionado oportunamente por SCHELLENBERG (2006, p.182):

O valor que um documento contém devido ao testemunho que oferece da organização e funcionamento da administração pode ocasionalmente ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas e fenômenos. Os atos de um governo no setor da diplomacia e da guerra, por exemplo, são os principais objetos de indagação nesses campos. Aqui, o valor probatório coincide, em grande parte, com o valor informativo, pois o historiador tanto se interessa pelos atos do governo em relação aos acontecimentos diplomáticos e militares quanto pelos acontecimentos propriamente ditos.

Os produtos culturais das forças materiais disponíveis de produção HOBBSAWM (1998, p.180), como os documentos arquivísticos, estão inseridos em contextos cronológicos e interpretáveis ao sabor da própria concepção de mundo particular de cada um, assim como a construção do conhecimento no seio arquivístico reflete uma realidade do universo cultural de pesquisadores, que se baseiam em princípios que não devem ser confundidos com princípios de classificação que servem para facilitar localização do documento (SCHELLENBERG, 2006, p. 94-95), como o da Proveniência, que fixa a identidade do documento, relativamente a seu produtor; o da Organicidade, que diz que relações administrativas orgânicas se refletem nos conjuntos documentais; o da Indivisibilidade ou integridade, que alude aos fundos de arquivo que devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida, e por último, o da Cumulatividade, o qual o arquivo representa uma formação progressiva, natural e orgânica.

3.3 DA PEDRA AO PAPEL: A CONSERVAÇÃO COMO FATOR INTRÍNSECO DA ESPÉCIE HUMANA

A restauração e a conservação são hoje, entendidas como ações corretivas que intervêm na estrutura dos materiais, visando melhorar o seu estado físico. Ambas implicam em tratamento individual, obra a obra, item a item. A conservação implica intervenção na estrutura dos suportes com o objetivo de assegurar uma vida útil, a mais longa possível, possibilitando o acesso físico dos documentos às gerações futuras.

Albite da Silva

Dentre as inúmeras qualidades adquiridas na evolução do homem, a de conservar os objetos a ele circundantes, tornara-se um hábito intrínseco à espécie homo. Revelava-se nas tarefas do cotidiano, no cuidado em manter vínculos sociais, no manuseio de materiais para cozimento e conservação de alimentos. Conservar objetos para usufruto coletivo é, antes de tudo, um fator de evolução e, muitas vezes, não se apercebiam de suas próprias transformações, como comentara LE GOFF (2003, p.176): “De fato, as sociedades históricas, mesmo que não se tenham apercebido da amplitude das mutações que viviam, experimentaram o sentimento de moderno e forjaram o vocabulário da modernidade nas grandes viragens da sua história”. A própria conservação das moradias pré-históricas e preferências por certas formas geométricas de recipientes à outras, demonstrava a amplitude da habilidade humana em reproduzir conhecimentos para outras gerações.

A aplicação de métodos de conservação está ligada à simbologia em que o homem associa-a a algo. A conservação dos alimentos, por exemplo, surge com o comportamento em sociedade, na medida em que o homem pré-histórico entendera que deveria guardar sobras de alimentos dos dias de fartura, para tempos de escassez. Depreende-se disso que os primeiros métodos de conservação eram simples, posto que os primeiros pedaços de mamute deveriam ter sido apenas secos ao sol; a secagem rápida da camada externa possibilita a conservação da parte interna. Tal constatação pode demonstrar que nossa preocupação em conservar, além de um ato simbólico, é herdado de nossos ancestrais. Estes sabiam, por exemplo, que uma ponta lítica poderia ser fabricada sob técnicas de entalhamento simétrico em pedra, sendo-lhes contumaz usar lasca ou lâmina lítica, de forma alongada. Além da preocupação em conservar materiais para uso diário por razões bélicas ou de sobrevivência, a própria condição materna também se lhes era um ato de conservação da prole, no sentido de ampará-la. Comenta Mumford (1965, p.22-23):

As palavras “lar e mãe” estão, certamente, escritas em todas as fases da agricultura neolítica e não menos nos novos centros de aldeamento, afinal identificáveis nos fundamentos das casas e nas sepulturas. Era a mulher que manjava o bastão de cavar ou a enxada: era ela que cuidava dos jardins (...) foi a mulher que fabricou os primeiros recipientes, tecendo cestas e dando forma aos primeiros vasos de barro.

Milênios depois destacaram-se os antigos gregos que tomaram a capacidade nata de guardar objetos, lavá-los, adaptá-los, inserir pontas de lança minuciosamente em esse atributo como prioridade, usando-o na conservação de sua produção cultural, quando conceberam uma arte essencialmente urbana, funcional e de base moral que, na preocupação em criar objetos que durassem e conservassem sua identidade helena nas formas, puderam aperfeiçoar sua técnica de mosaico. Supõe-se que esse saber remonte à cultura da Suméria e da Assíria, cuja origem remonte ao Neolítico, onde o mosaico servia como suporte para desenho em padrões abstratos simples, realizado sob seixos rolados em medidas diferentes. Mais tarde dera-se a conservação preventiva, na medida em que a seleção de materiais requeria de seu gênio inventivo, a aplicação de técnicas adequadas para a produção disseminada de ânforas, esculturas, capitéis, e das próprias ferramentas que as moldassem segundo apurado o emprego da lógica matemática que desenvolveram. Na Grécia Antiga, o sentido de *dike*, como deveres para cada um, atribuía-lhes o que era devido, conforme informa-nos JAEGER (1995, p.135):

O alto sentido que a palavra recebe na vida da polis posterior aos tempos homéricos se desenvolve (...) do elemento normativo que se encontra no fundo daquelas antigas formas jurídicas, conhecidas de todo mundo. Significa que há deveres para cada um, e que cada um pode exigir, e, por isso, significa o próprio princípio que garante esta exigência e no qual se poderá apoiar quem for prejudicado pela *hybris* – palavra cujo significado original corresponde à ação contrária ao direito. Enquanto Themis refere-se principalmente à autoridade do direito, à sua legalidade e à sua validade, *dike* significa o cumprimento da justiça.

No mundo antigo grego, os templos poderiam ser análogos aos museus, cuja gênese dera-se desde sua origem no hábito humano do colecionismo, emanado das próprias eras em que a humanidade passara por transformações intelectuais, motoras e sociais. Como origem para os arquivos, temos que, na sua forma espontânea, posicionam-se desde o aparecimento da escrita. A arqueologia descortinara-nos o Palácio de Elba na Síria, e o Arquivo do Templo de Medinet no Egito, como remotas construções concebidas para guardar documentos importantes. Com o advento da civilização grega e sua eminente população a se estabelecer, concebem-se os primeiros Arquivos na condição de instituição, localizados em diversos lugares, dentre os quais, no Metroon, ou no Templo de Cibele. Exemplos

de ideia de acusação, enfrentados por Sócrates, podem ser vislumbrados nas palavras de Chauí (1994, p.38):

Sabemos que os poderosos têm medo do pensamento, pois o poder é mais forte se ninguém pensar, se todo mundo aceitar as coisas como elas são, ou melhor, como nos dizem e nos fazem acreditar que elas são. Para os poderosos de Atenas, Sócrates tornara-se um perigo, pois fazia a juventude pensar. Por isso, eles o acusaram de desrespeitar os deuses, corromper os jovens e violar as leis. Levado perante a assembleia, Sócrates não se defendeu e foi condenado a tomar um veneno – a cicuta – e obrigado a suicidar-se. Por que Sócrates não se defendeu? ‘Porque’, dizia ele, ‘se eu me defender, estarei aceitando as acusações, e eu não as aceito. Se eu me defender, o que os juizes vão exigir de mim? Que eu pare de filosofar. Mas eu prefiro a morte a ter que renunciar á filosofia’.

Desde a Antiguidade, conforme mudassem os contextos históricos e culturais, o acúmulo de objetos inspiraram nossos antepassados a atribuir valor segundo sua subjetividade, aculturação resultante da fusão com elementos culturais externos. Poderia ser razoável considerar a necessidade dos povos antigos em edificar espaços físicos para preservação do que acumulavam em grau de importância, ao longo do tempo, pois há milhares de anos atrás já se faziam registros sobre instituições que, senão iguais às nossas, mas alusivas à habilidade que temos em destinar objetos de valor para guarda em uma instituição oficial e politicamente concebida. Tivemos então templos na qualidade de museus, os quais serviram como espaço inventariante de esculturas e artefatos diversos, restauração de peças danificadas por pilhagem e guerras. enquanto esculturas arcaicas eram enterradas. O sentido de monumento se apascenta nos elementos anteriormente elencados, na medida em que, segundo LE GOFF (2003, p.535):

O monumento é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar a recordação, por exemplo, os atos escritos. (...) uma obra comemorativa de arquitetura ou de escultura: arco de triunfo, coluna, troféu, pórtico etc.; um monumento funerário destinado a perpetuar a recordação de uma pessoa no domínio em que a memória é particularmente valorizada: a morte.

Entendamos “arcaico”, como termo ligado ao período da Grécia Antiga relacionado ao desenvolvimento cultural, social e político entre 800 a.C. e 500 a.C., posterior à Idade das Trevas e antes do Período clássico. Na cultura da conservação de objetos em nossos dias, recipientes e locais apropriados, para conservação de arquivos são usualmente discutidos. Em Chatal-Huyuk, primeira cidade do mundo alpino-mediterrânea de 9.000 anos, com casas térreas feitas à prova de abalos

sísmicos, cujo teto-terraço tinha vigamento leve, de madeira, e paredes de tijolos crus, havia uma sociedade de vários tipos étnicos que coexistiam, que de acordo com (LYSEBETH, p.38): “Além de copos de pedra e caixas de madeira com tampas decoradas, etc. Todos esses objetos surpreendem pela qualidade de seu acabamento

Séculos depois, na Roma Antiga, tivemos a relação do colecionismo privado que permitia modificar obras após aquisição, com importância de status quo. Como era típico dos romanos apreender de uma cultura por ele dominada o que de melhor houvesse em tecnologia, filosofia e política, dentre outros atributos, puderam intervir na reprodução e cópias, como pinturas concebidas em murais sendo adaptadas sobre superfície de madeira. Visando a imortalidade da matéria, consoante à influência cultural por todo seu vasto território, os romanos concebiam o ato de restaurar como atributo mágico, cujo artífice empossado de cargo público como *curator statuarum*, podia dar “vida” a uma obra, após tantas intervenções.

Entre os séculos V e XV da Idade Média, a arte de conservar ou restaurar objetos social, religiosa e culturalmente importantes correspondera recuperação de materiais. A escultura atingira um de seus ápices naquele período, pois, até o século X, essa arte foi pouco disseminada, ao passo que, quando sua prática iniciara-se, tão logo se conseguiu um progresso muito rápido. Rapidamente escultores adquiriram técnica mais aperfeiçoadas, qualificando-os para obras de arte mais complexas, como a arte gótica. Ironicamente, a pobreza e a escassez de matéria-prima levavam à destruição de monumentos e à refundição de esculturas e artefatos metálicos, na medida em que buscavam recuperar materiais valiosos de monumentos abandonados. Nesse processo, templos, termas e teatros ganhavam importância de canteiros para obtenção de mármore, cujos fragmentos e esculturas eram fundidos para fabricação da cal (CaCO₃) utilizada na argamassa. Portanto, as obras artísticas e utilitárias sofriam intervenções específicas, e o restaurador passava a ser considerado um artista, pois conseguia corrigi-las.

Assim como o trabalho de manuseio sobre um objeto, hoje chamado de artesanato, representa a primeira indústria humana, que vai desde a concepção física, até os cuidados especiais para conservar o objeto incólume, ainda mais quando dependiam de lanças bem esculpidas, conforme as fases da pré-história permitiram; ou aos cuidados dos povos antigos, como os egípcios, que conservavam

seus mortos com solução de natrão. O legado oral e escrito daquelas civilizações e outras, como as do Crescente Fértil - região que reunia os atuais Israel, Jordânia e Líbano, partes da Síria, do Iraque, do Egito, do sudeste da Turquia e sudoeste do Iran -, fundamentou e estimulou como padrão a ser adotado, um grande desenvolvimento de técnicas e do *métier* do artesanato.

A Renascença e seu antropocentrismo, somado às revoluções religiosas como a Reforma e Contra Reforma, ou à sacralização do trabalho o qual permitira o lucro não mais ser associado ao pecado, após o protestantismo se fortalecer, contribuiu para prevalecer a preocupação e rigor estético sobre a histórica da conservação e da restauração, através de inserções e renovações que mudam o significado iconográfico das obras. Nesse sentido, os artistas balizam seu conhecimento na busca de avanços tecnológicos e no emprego de materiais variados, estimulando-se um colecionismo conservador e recuperador, assaz inspirado no classicismo. Não se pode impedir a proliferação da falsificação naquela época, posto que, através de intervenções que se aproximam do original, são motivadas pelo gosto e demanda dos antiquários. Tal aspecto é um fator decisivo para que ocorram modificações no tamanho e no formato das obras renascentistas, devido à mudança de gosto e perante trocas de coleções. Adiciona-se o caso de imagens concebidas sob transformações mais realistas, com inserção de mudanças de fundos, haja vista a invenção da perspectiva, idealizada por Filippo Brunelleschi que sistematizou a maneira de se representar a realidade enquanto espaço real tridimensional, partindo de uma abstração matemática intitulada perspectiva. Em termos de intervenção à luz da conservação, a religião pôde alterar as obras da época por razões ritualísticas, seja para imprimir valor estético e simbólico ao “santo” ou para substituí-lo devidamente como aprovesse pela Igreja. Assim, imagens consideradas profanas eram destruídas e outras eram queimadas em nome da moral, uma vez que até mesmo imagens de nus eram recobertas com “panos de pureza”.

No Barroco, enquanto um nome relacionado ao estilo artístico que floresceu entre o final do século XVI e meados do século XVIII, desde a Itália, disseminara-se pelos países católicos da Europa e Américas, antes de alcançar, sob certas diferenças, espaços protestantes e alguns pontos do Oriente. Aquele estilo contemplava um correspondente ao absolutismo e à Contra-Reforma, como

anteriormente citada, e que distinguira-se pelo empenho em exaltar a dramaticidade e exuberância, como sendo continuador do renascimento, este, mais moderado, economicamente formal e austero. Ambos partilhavam da antiguidade clássica. Ligado a todo um período histórico, o Barroco representou para a Conservação e Restauração o caráter mais específico, correlato à questão da definição, pelo mercado, do que diferiria o artista e o restaurador. Ambos lançavam-se na procura de novos materiais, de técnicas e de teorias que os munisse de mais capacidade em ultrapassar limites na atividade restauradora e sobre o valor histórico e cultural do objeto em si. Despontam avanços técnicos no trabalho do restaurador ligado aos suportes e às técnicas de limpeza, disseminam-se a utilização de transposições e diversas técnicas, como a pátina, ou como as que aparecem na *Diversarum artium Schedula* de um monge do século XII, citado por BRANDI (1973):

Se você quiser acelerar seu trabalho, tome a cola ou goma que escorre da cerejeira ou ameixeira e; cortando-a em pequenas porções, coloque-as num vaso de barro; ponha bastante água, depois coloque-o ao sol, ou então, sendo inverno, sobre um fogo bem brando, até que a goma se liquefaça. Misture suavemente numa vasilha, coe em pano fino, peneire as cores misturando-as com o líquido e pode aplicar a tinta.

Em termos químicos, novos produtos são empregados e fabricados, devido à demanda de receituários. O cálculo cromático, como fonte do pintor para utilizar pigmentação é reintegrado, cuja criatividade os fizera produzir formas ilusionistas através da pintura obedecendo aos mesmos materiais da obra original. Imagina-se que o patrimônio material colonial assente no Brasil, assemelhava-se ao europeu em certa medida, mas a própria condição circunstancial e de cultura tão variada, fazia-a ter um significado que não apenas o consagrado na ideologia europeia ibérica, e nesse contexto social o trabalho de restauração, conservação e medidas de prevenção, era em grande medida ensinado pelos monges. Interessante receita ensinada por num monge aparece no século XII, nas palavras de BRANDI (1973):

Põe a secar linhaça ao fogo, em uma panela, sem água. Passa-a depois a um morteiro e tritura até deixá-la reduzida a um pó fino; coloca-a novamente na panela, na qual verterás um pouco d'água e esquite-a bem. Envolve-a logo em um pedaço de pano novo e mete-a em uma prensa e espreme-as. Mói neste óleo, mínio, vermelhão ou qualquer outra cor que queiras, sobre uma base de pedra, sem água. Pinta com uma brocha as partes ou tábuas que queiras dar de vermelho e deixa-os secar ao sol.

No final do século XVIII e no século XIX, com o Classicismo, a Conservação/Restauração vincula-se ao sentimento de patrimônio cultural coletivo: criam-se museus e academias; controlam-se as intervenções nas obras; as coleções são abertas ao público, e os museus adotam políticas pedagógicas” em relação aos visitantes; surge a definição de museu: “local onde se guardam várias curiosidades pertencentes às ciências, letras e artes liberais”. Na Itália, contemporânea da restauração científica, propaga-se a defesa pela consolidação daquilo que existe, condenando eliminação dos “anexos históricos” e preconizando uma intervenção sobre o objeto em termos de intervenções mínimas e reconhecíveis. Laboratórios científicos instalam-se dentro de recintos usados como ateliês de restauração.

A intervenção estatal irá intervir depois nos trabalhos de restauradores e os irá classificar segundo condições de deterioração, tornando-as passíveis da ideia de que o tratamento por produtos corrosivos precisa ceder espaço às cores, daí inventam o reentelamento, limitando-se às reintegrações cromáticas aplicadas às lacunas, chegando-se a proibir a eliminação de partes da obra original e de suas inscrições, ao passo que as transposições passam a ser realizadas somente sobre superfícies extremamente danificadas. Nesse caso, o restaurador não teria o direito de levar cópias ou qualquer trabalho para um ateliê, tampouco permitir-se-á a livre circulação no *locus* da restauração. Estes, serão alvo de grande profusão científica, com novos critérios estabelecidos, como o respeito ao original, a valorização do suporte, a diminuição das transposições e a reintegração ilusionista.

A Revolução Industrial, inicialmente ocorrida na Inglaterra e consoante às transformações na produção material desde o século XVIII, e após mudanças na organização do trabalho manufatureiro e utilização de máquinas, possibilitou ao capitalismo expandir-se, desintegrando demais formações econômico-sociais nos lugares que era implantada. Disso resultara grande aumento da produtividade de trabalhadores e ampliação de escala na acumulação de capital, ao passo que trouxera avanços tecnológicos, face a produção de materiais industrializados. Essa revolução inglesa influencia o século XX quanto aos critérios e teorias sobre conservação e restauração de obras de arte. É nesse âmbito que o Direito, enquanto sistema de normas, repercute nas questões jurídicas quanto à defesa do patrimônio e regulamentação da profissão de restaurador. Como o século XX é notório pela profusão de movimentos e tendências artísticas, como Expressionismo, Fauvismo,

Cubismo, Futurismo, Abstracionismo, Dadaísmo, Surrealismo, *Op-Art* e *Pop Art*, não tardaria em, com herança no desenvolvimento industrial predecessor e procedimentos e teorias da conservação/restauração sendo revisados, pesquisas que ajudam na dupla atividade acima são dinamizadas.

Desde o século XIX que a química tem obtido desempenho na medida em que pôde fornecer subsídio às grande industrias na sua inovação e expansão. Em 1829 o químico J. W. Döbenreiner (1782-1849) concebera um sistema classificatório de elementos no qual agrupavam-se em grupos de três tríades, cujas propriedades químicas de uma tríade eram similares, enquanto suas propriedades físicas variavam de maneira ordenada com sua massa atômica. Com tal desenvolvimento, a restauração deixa a esfera do empirismo e busca razões empíricas. No campo da arte, são feitos estudos sobre comportamento mecânico da pintura sobre tela, e o respeito ao original ganha máxima importância. Da preocupação pela conservação, a importância do significado que ela traduz para manter a espécie incólume, idônea, com seu legado cultural ao alcance de futuras gerações, resta à porção normativa, que acentua o caráter significativo sobre o ato de não destruir, o que evoca o próprio conceito de patrimônio que, segundo OLIVEIRA (2008, p.114):

Ao falarmos de patrimônio, estamos lidando com história memória e identidade, conceitos inter relacionados cujos conteúdos são definidos e modificados ao longo do tempo. A noção de patrimônio confunde-se assim com a de propriedade herdada. O processo pelo qual se forma um patrimônio é o de colecionar objetos, mantendo-os fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial.

Como nosso trabalho perpassa um universo correlato em um arquivo judicial, a percepção sobre o conceito de Direito se faz necessário. O sítio eletrônico (<http://www.significados.com.br/direito/>) define-o como:

Direito pode se referir à ciência do direito ou ao conjunto de normas jurídicas vigentes em um país (direito objetivo). Também pode ter o sentido de íntegro, honrado. É aquilo que é justo, reto e conforme a lei. É ainda uma regalia, um privilégio, uma prerrogativa.

Enquanto as competências de um juiz são descritas nas palavras de GIGLIO (1993; p.55):

O juiz não poderia exercer a contento seu mister de julgar se estivesse sujeito a pressões. Se pudesse ser removido, por exemplo,

não teria condições psicológicas de independência para julgar contrariando interesses de poderosos, sabendo que correria o risco de se prejudicar ao ser deslocado para outra comarca. O exercício das funções do julgador, por isso, foi cercado de garantias de independência que, por terem importância fundamental, vêm consignadas na Constituição Federal.

Não podemos apenas adentrar no breve conhecimento sobre a história da justiça, sem passar pelo reconhecimento da relação simbólica entre na gênese do Direito. A deusa grega Têmis por meio do oráculo de Delfos, sendo ela é uma titânide e filha de Urano e Gaia, portanto guardiã dos juramentos, é representada por uma estátua que equilibra uma balança, mas não possui espada. Está sob razão e juramento, princípios concebidos pelo homem perante a lei. Seu título é correlato à Dice e proporcional à deusa romana Justiça. Acerca da relação entre Justiça e Escrita, temos o código de Hamurabi, escrito por volta de 1.772 a.C. pelo 6º. Rei assírio Hamurabi, na forma de uma estela ou monólito e outros artefatos ou tabletes de barro. Tão importante é a escrita para a Justiça e os documentos jurídicos de qualquer época e suporte, pois como meio de representação, ela consiste em codificação sistemática de sinais gráficos aptos à registrar a linguagem falada por meio de sinais visuais. A ideia de que o homem é um ser social, onde a condição cidadina e natural são nele contraditórias, é esboçado por Jean-Jacques Rousseau em seu “Contrato Social”. Vejamos o que dispõe Rousseau, sobre a evolução humana concernente à consciência individual, em se Contrato Social:

Primeiro, os homens descobriram suas diferenças individuais. Depois, notaram ser impossível fundar sobre essas diferenças, suas normas de conduta. E foi assim que chegaram a descobrir a necessidade de buscar um princípio que ficasse acima dessas diferenças. Dessa forma, a noção de Justiça surgiu da necessidade de instaurar normas não apenas capazes de fixar os limites do uso da força e do exercício do poder, como também restabelecer o equilíbrio na relação entre pessoas.

Na concepção platônica, dizem PISSARRA & FABBRINI (2007, p.24), que, na intenção de conceber um objeto universal, o homem considera justiça a capacidade fazer bem aos amigos e mal aos seus inimigos. Ora, não estaria ai sendo adaptada a ideia de conservar a um e não a outro? Como vimos, o significado de conservação pode ter os mais variados sentidos e mudam conforme a época e a cultura, mas que consiste em um atributo conseguido a partir de uma escolha. O homem constrói espaços físicos para proteção de si próprio e dos seus, mas para ali também

conservar-se livre do perigo exterior, das intempéries do tempo. Por isso, na Pré-História, após abandonar cavernas, ele se aproxima de áreas próximas às nascentes de rios ou vazantes, e desenvolve os dolmens e os Nuragues, diferentes em sentido e concepção arquitetônica, pois os primeiros eram uma espécie de monumento megalítico categorizados como Túmulos que, desde o fim do 5º. milênio a.C. ao final do 3º. milênio a.C. consagraram-se como construções neolíticas. Já desde o Neolítico à Idade dos Metais, temos que, as cavernas, antes de terem suas paredes pintadas, o homem produzia ornamentos corporais e, mais tarde, estatuetas, como as de “Vênus”. O ato de conservação pessoal acompanha o mito e outros atributos, como o a nossa identidade civil, que, segundo MONTEIRO (1988, p.85):

A identidade civil conceitua-se como reunião dos atributos ou qualidades essenciais, com que a pessoa se distingue na sociedade. Por sua vez, qualidades essenciais são os modos pelos quais a pessoa existe no meio social e sem os quais deixa de ser o que aparenta.

Podemos, então, desenvolver uma consciência pela conservação do patrimônio para não precisar que se desencadeiem recursos legais para tanto, que surgem perante a constatação de deterioração do documento por vários agentes, desde o descaso humano às intempéries do tempo. Perscrutamos o quanto nossa consciência seria comparável a uma folha em branco, a qual uma educação direcionada à compreender a necessidade de conservar para não ser preciso restaurar depois, ser-nos-ia capaz de promover uma mudança de hábitos ideal para evitar o desaparecimento de acervos documentais. Diríamos que se a conservação de objetos traduz um aspecto voluntário do homem, a preservação assente na lei, ao ser lembrada, poderia remeter-nos ao que disse LE GOFF (2003, p.432):

O *mnemon* é uma pessoa que guarda a lembrança do passado em vista de uma decisão de justiça. Pode ser uma pessoa cujo papel de “memória” se limite a uma operação ocasional. Por exemplo, Teofraστο assinala que, na Lei de Thurium, os três vizinhos mais próximos da propriedade vendida recebem uma peça de moeda “em vista de lembranças e de testemunho”.

Assim, objetos podem evocar lembranças pregressas, utilizando nossa memória que, segundo o autor acima, ela pode ser oral, mágica. Viva, identificável com a poesia, divina, na forma de uma *mnemê* aristotélica. Segundo (LE GOFF, 2003, p.435 apud VERNANT;1965, p.78), Aristóteles assim concebia-a:

Para Aristóteles – que distingue a memória propriamente dita, a *mnemê*, mera faculdade de conservar o passado, e a *reminiscência*, a *anamnesis*, faculdade de evocar voluntariamente esse passado -, a memória, dessacralizada, laicizada, está “agora incluída no tempo, mas num tempo que permanece, também para Aristóteles, rebelde à inteligibilidade”.

Na atribuição de Locke sobre a tábua rasa, temos as tábuas romanas antigas recobertas por uma camada tênue de cera, para escrita latina ou grega, que poderiam ser apagadas, como nosso recém aposentado “quadro negro”, substituído pela lousa de vidro para caneta atômica. Em relação ao documento jurídico e, enquanto metáfora, o conceito de tabula ou tábua rasa foi esquematizado por Aristóteles (384-322 a.C.) contrapondo-se à Platão, mas divulgado) e difundido principalmente por Alexandre de Afrodísias (198-209 d.C.), um dos mais notáveis críticos das obras aristotélicas. Sua *media* implicava em indicar uma condição na qual a consciência humana é uma folha em branco, como que desprovida de qualquer conhecimento inato. O que resta é preenche-la, ponto este que depende da mente humana ou ao estado da consciência ou subconsciência que possibilite expressar-se, ligada às habilidades de cognição e comportamento cerebrais. Plutarco (46-120 d.C.) dizia que “a mente é um fogo a ser acesso, não um vaso a ser preenchido”. O documento, á luz das faculdades mentais, é uma tábua apta ao registro. Quanto à “verdade” sobre ela inculcadas, é uma outra história, posto que até mesmo na origem da diplomática, segundo BELLOTTO (2008, p. 02): “Embora tenha surgido como uma disciplina concreta no século XVII, a origem da diplomática está ligada à questão da falsificação e das dúvidas sobre a autenticidade de documentos medievais”. No sentido de que o documento, em qualquer suporte, conclama a interpretação do significado da mensagem sobre ele escrita, temos que, segundo (NETTO apud PACHECO, 2007 p.05):

A presença do homem no processo informacional pode estar relacionada à visão da Informação considerada como artefato (Pacheco, 1995), no sentido de ser um produto de confecção humana, sem existência própria na natureza, já que ela é uma ferramenta, produzida e/ou percebida pelo homem, como um dos elementos necessários para a construção do conhecimento. Como artefato, a Informação só tem existência quando é percebida como tal, e só é estabelecida esta percepção quando, de algum modo, em alguma circunstância, é criada uma relação de significação.

Na Modernidade, o conceito de documento estender-se-á à capacidade intelectual, naquilo que é avaliado pela epistemologia, base do empirismo, que

emergiu no século XVII. Para essa consideração filosófica, ideias inatas do homem não existiriam, mas sim, todo conhecimento se basearia em dados da experiência empírica ou sensorial. Os costumes sociais e circunstâncias cotidianas cerceavam as decisões jurídicas daquele século, assim como no século XVI e início do século XVIII. Segundo RUIZ (2010, p.83) comenta:

Os séculos XVI e XVII, chegando ainda à metade do XVIII, e se caracteriza por ser um período em que os juizes e, de maneira geral, aqueles que detinham o poder de tomar decisões a partir das leis, realizavam o seu ofício caso a caso, de maneira circunstanciada e atendendo principalmente aos costumes locais e às diferentes opiniões dos juristas. O segundo momento começaria a partir da segunda metade do XVIII até o final do período colonial e estaria caracterizado pela prevalência da lei sobre os costumes e sobre as diferentes opiniões dos juristas, de maneira que, em lugar de diferentes costumes ou leis para diferentes casos ou cidades, haveria uma única lei que seria aplicada de forma homogênea para todos.

O triunfo do documento sobre o monumento, se nos esboça conforme informa-nos LE GOFF (2003, p.537):

Pode-se, estão, falar de um triunfo do documento sobre o monumento. Lento triunfo. Quando, no final do século XVII, Don Jean Mabillon publica o seu Dete diplomática, fundamento da história “científica” que vai permitir a utilização crítica do documento e de certa maneira criá-lo, trata-se apenas ainda de monumento.

E temos uma classificação de documentos que nos ajuda a entender as instâncias jurídicas em que os mesmos se aplicam. Em BELLOTTO (2006, p.49), são dispostas algumas categorias documentais, que assim se elencam:

Normativos: são os de cumprimento obrigatório, sendo de manifestação de vontade de autoridades supremas e devendo ser acatados pelos subordinados. Emanam do Poder Legislativo ou de autoridade administrativa. Incluem: leis, decretos-leis, decretos, estatutos, regimentos, regulamentos, resoluções, portarias, instruções normativas, ordens de serviço, decisões, acórdãos, despachos, quando decisórios; enunciativos: são os opinativos e que esclarecem questões vazadas em outros documentos. Seu conteúdo visa fundamentar uma resolução e podem ser: pareceres, informações, relatórios, votos, despachos, quando interlocutórios; de assentamento: são os configurados por registro, consubstanciando assentamento de fatos ou ocorrências, como atas, termos, apostilas, autos de infração; comprobatórios: são os que derivam dos de assentamento, comprovando-os, como certidões traslados, atestados, cópias autenticadas; de ajuste: são documentos pactuais, representados por acordos de vontade em que, no caso da documentação pública, pelo menos uma das partes é a administração, seja federal, estadual ou municipal. São os tratados, convênios, contratos, ajustes, termos; de correspondência: são os que, em geral, derivam de atos

normativos, determinando-lhes a execução, como alvarás, circulares, avisos, cartas, memorandos, mensagens, editais, imitações e exposições de motivos.

3.4 PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ACERVOS DOCUMENTAIS

Para termos uma melhor visão das atividades é necessário que saibamos as suas definições, e posteriormente, distingui-las. No Dicionário de Termologia Arquivística (grifo do autor, 1996), encontram-se as seguintes definições:

Preservação: Função arquivística destinada a assegurar as atividades de acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração de documentos (DICIONÁRIO, 1996, p.61).

Conservação: Conjunto de procedimentos e medidas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração (DICIONÁRIO, 1996, p.18).

Restauração: Conjunto de procedimentos específicos para recuperação e reforço de documentos deteriorados e danificados (DICIONÁRIO, 1996, p.67).

A preservação pode-se imaginar como um “guarda - chuva”, que vai abrigar a conservação e a restauração. Cujas preservação que através de um conjunto de técnicas e métodos, ou seja, a partir de ações e medidas vai retardar ou prevenir futuros danos nos documentos.

Quadro 1: Esquema do “Guarda – Chuva”



Fonte: Elaborado pelo próprio autor (2014)

Desta forma para que a informação seja disponibilizada e utilizada por usuários ou pesquisadores em um bom estado físico por muitos anos, é necessário e fundamental que a instituição de acordo com suas especificidades possua um programa de preservação e conservação, que segundo Harvey (1993 apud DUARTE, 2003, p. 20), este compreende:

O conhecimento dos fatores climáticos ambientais e seu controle visando a sua estabilidade; um plano para evitar calamidades; os processos para facilitar a recuperação dos documentos; as medidas para a segurança do acervo; a fiscalização do processo de encadernação; a contratação de especialistas em conservação; a instalação de um laboratório para realizá-la a conservação preventiva e as reparações simples; a consulta a profissionais para a efetivação dos tratamentos; um programa para treinamento dos funcionários; a participação ativa nos programas cooperativos de conservação; e a procura de fontes alternativas de financiamento para a manutenção das atividades de conservação em grande escala, tais como os programas cooperativos de microfilmagem.

Por esse motivo se faz necessário e importante que as instituições documentais, especialmente os arquivos, adotem uma política de preservação dos documentos de acordo com a sua necessidade, com a finalidade de minimizar a deterioração química ou física dos documentos e evitar a perda de conteúdo informacional.

3.5 CONSERVAÇÃO

No tocante da conservação, Cassares (2000, p. 12) define como sendo “um conjunto de ações estabilizadoras que visam desacelerar o processo de degradação de documentos ou objetos, por meio de controle ambiental e de tratamentos específicos como a higienização, reparos e acondicionamento”.

Segundo Bellotto, Botani e Camargo (1996, p. 18), conservação é o “conjunto de procedimentos e medidas e destinadas a assegurar a proteção física dos arquivos contra agentes de deterioração”. Para Silva (1998), a conservação é definida como “conjunto de procedimentos que tem por objetivo melhorar o estado físico do suporte, aumentar sua permanência e prolongar-lhe a vida útil, possibilitando, desta forma, o seu acesso por parte das gerações futuras”.

Dessa maneira entendemos então que a conservação é um “tratamento preventivo” que irá controlar as causas de degradação e manter os documentos em

condições ideais para a sua utilização, ou seja, visa manter a integridade física dos acervos e a proteger o documento, prolongando sua vida útil, a conservação consiste em um procedimento prático aplicado na preservação.

3.6 PROCEDIMENTOS PARA UMA CONSERVAÇÃO PREVENTIVA DE DOCUMENTOS

A conservação preventiva define-se como conjunto de procedimentos e técnicas que visa manter a integridade dos documentos a partir da garantia de condições adequadas de guarda, prolongando o tempo de vida do acervo e assegurando seu uso e acesso às informações neles contidas de maneira eficaz e segura. A conservação preventiva tem como objetivo a melhoria do meio ambiente e dos meios de armazenagem em busca de prevenir e retardar a degradação dos documentos.

Os documentos são danificados de maneira silenciosa e são causadas por dois fatores, que são eles: internos e externos. Os fatores internos são inerentes à própria fabricação do papel, que trazem em si os elementos de sua destruição, e os externos são elementos químicos existentes no ar atmosférico, ou seja, as condições ambientais em que se encontra o arquivo, como por exemplo: a temperatura, a luz, poluição do ar, fungos e etc.

3.6.1 Degradação causada por agentes ambientais

Os agentes ambientais são aqueles que existem no ambiente físico do acervo: temperatura, umidade relativa do ar, radiação da luz.

➤ Temperatura e umidade relativa

Esses fatores contribuem significativamente para a destruição dos documentos, quando falamos principalmente do suporte de papel, que através de um desequilíbrio de um desses fatores irá interferir no outro. O calor acelera a deterioração e a umidade alta proporciona as condições necessárias para desencadear intensas reações químicas nos materiais, conclui Cassares (2000).

As flutuações de temperatura e umidade relativa do ar são muito mais nocivas aos documentos, Ogden (2001, p.3) recomenda que: devem-se evitar as oscilações bruscas de umidade e temperatura, pois, elas aceleram a deterioração e acarretam danos visíveis, tais como ondulações, franzimento, descamação de tintas e empenamentos de capas. A recomendação é manter a temperatura entre 18 a 22°C e a umidade relativa de 45% a 55%, evitando-se de todas as formas as oscilações de 3°C de temperatura e 10% de umidade relativa.

Ogden (2001, p.22) apresenta alguns instrumentos para o controle e monitoramento do clima:

- ✓ Ar condicionado: controla a temperatura do ambiente;
- ✓ Termômetro: fornece informações precisas sobre a temperatura;
- ✓ Higrômetro eletrônico: mede a umidade relativa do ar e a temperatura do ambiente;
- ✓ Psicrômetro: mede a umidade relativa do ar;
- ✓ Umidificador: umidifica o ambiente;
- ✓ Desumidificador: retira a umidade do ar;
- ✓ Higrotermógrafo: registra e monitora a temperatura e a umidade relativa do ar;
- ✓ Dataloggers: monitora o clima.

Luccas e Seripierri (1995, p.19) dizem que quando, por algum motivo, o uso de aparelhagens não for possível, podem-se tomar algumas providências como:

Em regiões úmidas:

- ✓ Não abrir janelas em dias úmidos;
- ✓ Não transportar para dentro do espaço do acervo guarda-chuvas, capas
- ✓ Não transportar para dentro do espaço do acervo guarda-chuvas, capas molhadas e plantas;
- ✓ Evitar infiltrações e goteiras;
- ✓ Arejar o ambiente com auxílio de ventiladores.

Em regiões secas:

- ✓ Não abrir janelas em dias mais secos do que a média.

➤ Iluminação

As lâmpadas fluorescentes (artificial) e a luz solar (natural) possuem uma grande concentração de radiação ultravioleta (UV), onde qualquer exposição à luz, é nociva e o dano é cumulativo e irreversível nos acervos.

Toda fonte de luz, seja ela natural ou artificial, emite radiação nociva aos materiais de acervos, provocando consideráveis danos através da oxidação. (Cassares, 2000, p.19). Algumas medidas podem ser tomadas para proteção dos acervos, tais como:

- ✓ As janelas devem ser protegidas por cortinas ou persianas que bloqueia totalmente o sol;
- ✓ Recomenda-se substituir lâmpadas fluorescentes pelas que emitem número menor de raios ultravioletas;
- ✓ Filtros feitos de filmes especiais também ajudam no controle da radiação UV, tanto nos vidros de janelas quanto em lâmpadas fluorescentes (esses filmes têm prazo de vida limitado).

3.6.2 Degradação causada por agentes biológicos

Os agentes biológicos de deterioração de acervos são: os insetos (cupins, brocas, baratas), os fungos e os roedores, a causa do aparecimento desses agentes depende das condições ambientais presentes nas dependências onde se encontra os documentos.

Dentre os agentes de degradação de acervos documentais, os agentes biológicos, notadamente insetos, fungos e roedores, constituem certamente ameaças sérias devido aos danos que podem gerar por vezes irreparáveis. Em razão disso, vigilância e controle de proliferação devem constituir um cuidado permanente dentro da política de acervos (Spinelli, 1995, p.28)

Diante do exposto, apresentaremos os principais agentes biológicos presentes na deterioração dos documentos, são eles:

➤ Fungos

Os fungos, às vezes chamados de *mofos* ou *bolores*, atacam todos os tipos de acervos independentemente dos seus materiais constitutivos. O alimento dos fungos provém dos papéis, amidos (colas), couros, pigmentos, tecidos etc. Luccas e Seripierri (1995) afirmam que a principal causa da existência dos fungos está ligada ao alto teor de umidade e temperatura descontroladas.

Os danos causados pelos fungos vão desde uma simples coloração (manchas amarelada) até a deterioração, formam bolores nos documentos e quando em grande quantidade os esporos dão uma impressão de pó. Algumas medidas podem ser adotadas para manter os acervos sob controle de infestação de fungos são elas:

- ✓ Estabelecer política de controle ambiental, principalmente temperatura, umidade relativa e ar circulante, mantendo os índices o mais próximo possível do ideal e evitando oscilações acentuadas;
- ✓ Praticar a higienização tanto do local quanto dos documentos, com metodologia e técnicas adequadas;
- ✓ Instruir o usuário e os funcionários com relação ao manuseio dos documentos e regras de higiene do local;
- ✓ Manter vigilância constante dos documentos contra acidentes com água, secando-os imediatamente caso ocorram.

➤ Bactérias

As células das bactérias, Segundo Beck (1991), não se diferenciam como as dos fungos, e se classificam de acordo com o tipo de formação das colônias: os cocos, que são células esféricas que, quando agrupadas aos pares, recebem o nome de diplococos. A alimentação da bactéria consiste de materiais orgânicos que são extraídos do papel como a glicose presente na massa celulósica. Os danos causados pelas bactérias são uma ruptura das ligações moleculares, ocasionando à

total desintegração do documento, deixa um aspecto mais compacto e em diferentes cores, no qual pela decomposição do suporte, os documentos ficam em uma tonalidade de castanho escuro.

➤ Microorganismos

O surgimento dos microrganismos sobre os documentos é resultante de vários fatores que atacam o papel tanto quanto os roedores, fungos e insetos, quando encontram condições adequadas para sua proliferação. Uma das consequências sobre os documentos dos ataques microbiológicos é o aparecimento de manchas de cores variadas e em diferentes intensidades.

Os microrganismos encontram nutrientes na matéria orgânica inerte, causando sua destruição, como por exemplo, alimentos, madeiras e papéis. Alguns microrganismos se nutrem como parasitas, adaptando-se a organismos vivos, causando enfermidade em animais e vegetais. Outros podem viver em simbiose com estes organismos, sem prejudicá-los. (BECK, 1991, p.14).

➤ Traças

A traça é um roedor de superfície, escondem-se dentro de papéis velhos enrolados, mapas, fotografias, jornais ou sobre superfície de papéis gomado, seu habitat preferencial são lugares úmidos e escuros.

➤ Baratas

As Blattoideas podem variar o seu tamanho, chegando até os 10 cm. Preferem os locais escuros, quentes e úmidos. Em geral se desenvolvem nos depósitos, porões, esgotos e nos condutores de instalações hidráulicas e elétricas. São atraídas para os ambientes pelos resíduos alimentares, nos documentos ocasiona danos nas superfícies e nas margens.

➤ Cupins

Os cupins pertencem à ordem dos isópteros, o comprimento total é no máximo 2,5 cm e às vezes menor de 5,5 m. Classificam-se em dois grupos: os subterrâneos e os de madeira seca. Os subterrâneos constroem os cupinzeiros no solo ou em material à base de celulose, e os cupins da madeira seca ou da madeira úmida, são os cupins que fazem o ninho na própria madeira seca, esses são os que atacam os acervos.

A principal fonte de alimentação dos cupins é a celulose, vegetais e madeira. O dano ocasionado no papel por este inseto é irrecuperável.

➤ Brocas

As brocas são insetos coleópteros, se adaptam a todos os climas. A alimentação desse tipo de inseto consiste da celulose do papel, madeira e do couro presente nos livros. Os danos causados por esses insetos caracterizam-se pela perfuração das folhas, dando um aspecto de roído e rendilhado, danificando assim a escrita.

➤ Piolhos

Os Psocópteros, vulgarmente conhecidos como piolho de livros, pequenos insetos de cor amarela-avermelhada, são freqüentemente encontrados entre as folhas. Sobrevivem em locais muito úmidos, pois são insetos que não atacam diretamente o documento, porém alimentam-se dos fungos e de restos de outros insetos mortos. Em grande número podem causar danos aos documentos e encadernações produzindo pequenos orifícios menores que um milímetro e de contorno irregular.

➤ Roedores

São geralmente perigosos, além de atacarem os materiais documentais, tendem a atacar também o revestimento isolante dos condutores elétricos,

favorecendo a instalação de sinistros. O aparecimento de roedores se dá devido a presença de resíduos de alimentos nas áreas de guarda de acervos. O hábito de levar e comer qualquer tipo de guloseimas nas áreas de guarda e consulta, deve ser combatido, tanto para aos funcionários quanto para os usuários dos acervos. Os roedores roem os documentos não com a finalidade de se alimentar, mas eles roem para a construção de seus ninhos que usam para sua procriação.

3.6.3 Degradação causada por agentes químicos

Os agentes químicos são constituídos por fatores como a poluição do ar e a poeira, pois na poluição atmosférica existem gases tóxicos que atacam a celulose, destruindo o papel, e a poeira tanto muda na estética do papel como na qualidade.

➤ Poluição do ar

Em grandes polos urbanos e industriais a presença no ar de gases e de partículas (pó, fuligem) são enormes, poluentes esses que causam uma grande degradação nos acervos, para diminuir esses tipos de danos aos acervos o controle de qualidade de ar é de suma importância na conservação dos mesmos.

➤ Poeira

No pó estão contidas partículas de substâncias químicas cristalinas e amorfas, como terra, areia, fuligem e grande diversidade de microorganismos. Quando observamos a sujeira retida nos papéis, como os excrementos dos insetos, colas e poluentes atmosféricos, observamos a ação destrutiva. As pequenas partículas possuem ação cortante e abrasiva. A aderência do pó não é apenas superficial, mas também no interior da fibra, que é absorvida por meio de ligações químicas.

3.6.4 Degradação causada por agentes físico-mecânicos

São aqueles que provêm da guarda e manuseio inadequados, de sinistros causados pela natureza.

➤ Armazenamento e acondicionamento

A superlotação das caixas ocasiona a compactação dos papéis que, além de sofrerem rasgos e amassarem durante a retirada e reposição, favorecem a infestação de insetos e microorganismos. As embalagens não devem ser feitas de papel ácido, tipo kraft (papela), que contém lignina, enxofre e acidez, os quais migram para os documentos, nem em caixas poliondas, salvo em exceção aqueles locais em boas condições ambientais de temperatura e umidade. O ideal para o acondicionamento dos documentos são em caixas produzidas em material inerte ou alcalino, caso não, caixas arquivo do tipo kraft podem ser usadas desde que a embalagem interna seja em papel alcalino. As amarrações com barbante, ligas, presentes nos documentos provocam tensão e favorecem o corte das margens dos documentos.

➤ Manuseio

O manuseio inapropriado é um dos maiores causadores da degradação das informações. O problema de manuseio não está apenas no momento em que os documentos estão nas mãos do usuário para a sua utilização. Deve ser analisado todo o percurso em que o documento faz desde a sua ida até a sua volta. Algumas dicas em relação ao manuseio dos documentos são de suma importância, são elas:

- ✓ Ao manusear documentos arquivados, usar Equipamentos de Proteção Individual (EPI) - jalecos (guarda pó), luvas, máscaras, e óculos a fim de evitar riscos à saúde;
- ✓ Não comer ou beber durante o manuseio dos documentos ou dentro das áreas de guarda, para evitar que resíduos de alimentos danifiquem os papéis ou se tornem atrativos para insetos;

- ✓ Evitar objetos metálicos como cliques, grampos ou “bailarina” de metal, pois oxidam, danificando o papel. Nestes casos utilizar bailarinas e cliques de plástico; e
- ✓ Evitar rabiscos e utilização de fitas adesivas para pequenos reparos.

➤ Desastre

Os desastres constituem os fatores de maior gravidade na destruição dos documentos. Os danos provocados podem ser através do fogo e água, que podem estar ligados a causas naturais, como vulcões, terremotos, fortes tempestades ou furacões. As inundações são ocasionadas através da obstrução de calhas, do destelhamento, do rompimento de tubulações de água e com a elevação dos leitos de rios, já os incêndios podem ser causados através dos raios e descargas elétricas. Um dos piores danos, em termos de destruição de acervo, é a ocorrência de incêndio.

O dano provocado pelo fogo pode ser ainda mais sério do que o causado pela água, pois se de alguma forma o acervo sobreviver, provavelmente ficará carbonizado, coberto de fuligem, fragilizado pela exposição ao calor elevado, umedecido pela água usada para apagar incêndio, mofo e cheirando a fumaça. (OGDEN, 2001, p.15).

Para evitar a ocorrência de incêndios nos acervos devem-se seguir os procedimentos técnicos:

- ✓ Verificar sempre o sistema de eletricidade do prédio;
- ✓ Instalar equipamentos de detecção de fumaça e realizar a sua manutenção constante;
- ✓ Adotar normas que priorizem a retirada do acervo;
- ✓ Vistoriar constantemente os equipamentos de segurança e proteção, assim como o espaço físico.

3.7 A IMPORTÂNCIA DA POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO

A política de preservação de documentos arquivísticos apresenta alguns conceitos concernentes aos bens culturais, como: conservação propriamente dita,

conservação preventiva e restauração. O primeiro deles remete-se à aplicação de ações indiretas capaz de refrear ou retardar os efeitos da deterioração sobre o documento, sendo algo capaz de atuar como prevenção de danos. Para tanto, é preciso viabilizar as condições ideais para preservação, que tornarão possíveis seu uso institucional e social.

Segundo Brandi (2004, p.85): “É, em suma, sempre um juízo de valor que determina a prevalência de uma ou de outra instância na conservação”. No âmbito da conservação, entrariam as ações diretas sobre o documento ou objeto em processo de degradação, a fim de que sejam estabilizadas suas condições. Um exemplo sobre valorização de um objeto icônico, o filme, que pode ser levado a conservação, assim é mencionado por Colombo (1986, p.86):

Poderíamos dizer que a correspondência entre a percepção fílmica do mundo não consegue firmar-se de todo, e que nesse âmbito sequer a evolução produtiva garante o filme como *testis*. As coisas parecem caminhar de modo diferente no tocante ao segundo nível acima mencionado, relativo à transformação do texto fílmico em objeto de conservação.

A restauração representa um conjunto de atividades ou ações diretas sobre o bem cultural, o documento danificado ou outro artefato em processo de deterioração, visando melhorar a percepção sobre eles, bem como a compreensão e contemplação que a sociedade os possa conceber. Há vários tipos de restauração, como a monumental (idem, p.137). Para tanto, é imprescindível que se mantenham suas características físicas, históricas e estéticas, esta, enquanto filosofia assente nos fundamentos do belo e na natureza da arte. Discerne Colombo (2004, p.25-26) que:

Em geral, entende-se por restauração qualquer intervenção voltada as dar novamente eficiência a um produto da atividade humana. Nessa concepção comum do restauro, que se identifica com aquilo que de forma mais exata deve denominar-se esquema preconceitual, já se encontra enucleada a idéia de uma intervenção sobre um produto da atividade humana: qualquer outra intervenção, seja na esfera biológica, seja na física, não entra, portanto, sequer na noção comum de restauro.

Os fatores de degradação podem ser intrínsecos, que representam o grau de fragilidade física e química do suporte papel. Extrínsecos, quando são oriundo de forças externas, como intempéries climáticas, relações naturais de temperatura, grau de umidade, luz, sujeira, pragas (como traças dos livros ou prateadas). Estas,

geralmente optam por ambientes úmidos, mas apresentam hábitos tanto noturnos quanto diurnos, sendo geralmente mais ativas à noite. Mesmo que nos acervos em papel de baixa qualidade, sujeitos a agentes de degradação como os supracitados, considera-se que sejam inerentes à sua composição, na medida em que seja possível reduzir (quicá eliminar-se) riscos externos em potencial, que ameacem e favorecem o processo de degradação de documentos. Nessas condições, a ideia de Conservação Preventiva representa um método cujo conceito basilar é o de que a deterioração em acervos poderia ser reduzida de tal forma, se o controle de fatores em andamento no espaço físico do ambiente de guarda do acervo e dos procedimentos que submetem os documentos à mercê do homem, fossem éticos, baseados nas normas e fossem acatados “princípios teóricos para restauração e apenas um pouco de empirismo e, quanto à restauração preventiva, não há uma vacina para imunizar ao longo do tempo” (COLOMBO, 2004, p.15,97).

Todavia, existem procedimentos para prolongar as condições satisfatórias de um documento, como: estabelecimento de metodologias de avaliação, identificação das necessidades de prevenção, desenvolvimento de condições ambientais físicas e climáticas, favorecedoras do retardamento de deterioração, tratamentos diferenciados para cada caso e, em suma, a elaboração de um programa de prevenção completo.

Por fim, o estabelecimento de políticas de preservação corresponde à elaboração de um plano que apresente definições sobre quais são as necessidades gerais e específicas, que se voltem ao procedimento correto e racional, no tratamento de acervos documentais, baseado nas prioridades destacadas e dos recursos, dos custos, para tornar viável sua aplicação. Serão programas de prevenção á longo prazo, capaz de cumprir os objetivos e prioridades, de forma racional e efetiva. É importante que haja a participação da própria instituição, pois nesta, a política de preservação deve estar incutida em seu gerenciamento global. Quando se referimos na importância da aplicação de uma política de preservação por parte da instituição, Pereira (2003, p. 16) destaca:

Política de preservação é o plano de ação para uma guarda segura dos documentos de arquivos e da informação contida neles. Este plano não pode proteger os materiais, mas pode criar bases para minimizar destruições causadas por vários agentes, tais como biológicos, insetos, fatores humanos e as condições ambientais. [...]. A política de preservação vai ajudar, não só na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao

público em geral, mas também no aumento da durabilidade dos documentos, através da interface, tratamentos específicos e conversão para outros suportes de informação, tais como digital microfilme ou microfichas.

Percebemos então, que a política de preservação nos arquivos é de relevante importância, pois a memória, a história da instituição e dos cidadãos será garantida através de medidas preventivas aos documentos, e que servirá como fonte de informação para a sociedade.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Para obtenção da realidade do estado de um acervo o primeiro passo que devemos fazer é o diagnóstico, ou seja, o diagnóstico é o primeiro contato que o pesquisador tem com o seu objeto de estudo. O diagnóstico de arquivos é, “[...] uma constatação dos pontos de atrito, de falha ou lacunas existentes no complexo administrativo [...] das razões que impedem o funcionamento eficiente do arquivo” (PAES, 2006, p. 36).

Calderon (2004, p.101) afirma que o diagnóstico deverá, [...] ser o ponto de partida para os projetos de organização de documentos, subsidiando a proposta de modelos de classificação, avaliação e descrição apropriadas, visando a um destino final eficiente e eficaz.

4.1 AMBIENTE DE GUARDA

O arquivo Fórum Cível Desembargador Mário Moacyr Porto está localizado na Rua Senador João Lira, no bairro de Jaguaribe – João Pessoa - Paraíba. O funcionamento do arquivo é fora de seu prédio (sede), trata-se de uma quadra alugada para o armazenamento de processos judiciais que são divididas nas seguintes varas: 17 Varas Cíveis, 6 Varas da Fazenda Pública, 2 Varas de Executivos Fiscais, 7 Varas de Família e 1 Vara de Feitos Especiais, chegando a aproximadamente 40 mil caixas. O arquivo possui cerca de 700 m² de área total, área essa que são divididas em 2 ambientes: a área administrativa no qual é climatizada com cerca de 100 m², e a outra parte é o arquivo em si que acumula todos os processos produzidos do Fórum Cível, totalizando 32 Varas.

Figura 1 - Fachada do Arquivo do Fórum Cível de João Pessoa



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

4.2 ESTADO DE CONSERVAÇÃO

O arquivo tem como característica ser de 2ª idade ou arquivo intermediário, ou seja, são documentos, no caso processos judiciais, que deixaram de ser frequentemente consultados, mas que ainda podem ser solicitados, e tem como data limite de 1874-2013. O setor não possui uma tabela de temporalidade, destinação de documento e nem tão menos uma Comissão de Avaliação de Documentos.

A partir do diagnóstico feito pela técnica da observação participante foi visto que não existe processo de eliminação dos documentos, devido a isso o espaço para a guarda da documentação se torna insuficiente, onde caixas estão sendo colocados no chão por falta de espaço adequado. Os documentos são armazenados em estantes enferrujadas, tortas e os espaços entre as mesmas são curtos, dificultando a locomoção dos funcionários e estagiários, desrespeitando assim as normas de segurança no arquivo.

Figura 2 – Estado de conservação do equipamento (estantes)



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Pondo em risco a documentação e os que ali trabalham, incidente já aconteceu por não haver uma armazenagem adequada, incidente esse onde cerca de 400 estantes (aproximadamente oito mil caixas) caíram em “efeito dominó”. Com isso, as caixas ainda estão sendo organizadas até o presente momento (2014), porém, o descaso maior é que estão reaproveitando as estantes que foram amassadas para o armazenamento dessas caixas, devido a isso novos incidentes desses podem acontecer.

Em relação ao acondicionamento dos processos judiciais esses ocorrem em caixas de tipo kraft e polipropileno, essas que dependendo do ambiente ao passar do tempo ficam ressecadas e quebradiças. O processo de higienização tanto do documento, como também a limpeza do espaço físico é inexistente, onde sabemos que a sujidade somada a condições ambientais inadequadas provoca uma grande destruição em um arquivo. Segundo Cassares:

A sujidade escurece e desfigura os documentos, prejudicando-o do ponto de vista estético. As manchas ocorrem quando as partículas de poeira se umedecem, com a alta umidade relativa ou mesmo por ataque de água, e penetram rapidamente no papel. A sujeira e outras substâncias dissolvidas se depositam nas margens das áreas molhadas, provocando a formação de manchas. Essas manchas só podem ser removidas por um restaurador. Os poluentes atmosféricos são ácidos e, portanto, extremamente nocivos ao papel. São rapidamente absorvidos, alterando seriamente o pH do papel. (2000, p. 27).

Percebemos também que a iluminação é feita por lâmpadas fluorescentes e por brechas que existem no teto do arquivo, que no período da tarde uma parte da documentação sofre grande incidência de luz solar, no qual os raios ultravioletas (UV) emitido pelas lâmpadas fluorescentes e da luz solar provoca uma oxidação na celulose, contribuindo para a aceleração da degradação do papel.

Outro fator que observamos é a alta temperatura e umidade relativa existente no arquivo, temperatura essa que medida através do termômetro chega a ser de 32° C no período da tarde. As constantes oscilações da temperatura e da umidade relativa presente no arquivo provoca no acervo uma dinâmica de contração e alongamento dos elementos que compõem o papel, onde o calor danifica os

materiais e a umidade provoca o surgimento de agentes biológicos (fungos, bactérias, insetos).

Figura 3 - Incidência de luz solar sobre o arquivo



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Se tratando de agentes biológicos, constatamos que vários processos judiciais se encontra em um grau elevado de degradação do papel, degradação essas que são feitas pelas brocas, traças e fungos. Estudo já foi realizado no mesmo lócus da presente pesquisa aonde a pesquisadora chegou à constatação de grandes colônias de fungos tanto no ambiente físico, como também na documentação, no qual denominou de “arquivos doentes”.

[...] elencaria um conjunto de fatores desencadeadores da “doença do arquivo”, que incluiria desde a infraestrutura inadequada do prédio até as condições ambientais desfavoráveis à preservação do acervo (temperatura e umidade relativa do ar, poluição e iluminação). É importante ressaltar que a inobservância desses elementos trazem danos não apenas ao acervo em si, mas também à própria saúde

dos profissionais ocupantes dos “arquivos doentes”. (RIBEIRO, 2011, p. 17)

Figura 4 - Processo danificado por agentes biológicos



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Sabemos que muitos dos acervos estão sendo destruídos ou danificados por inundações ou incêndios, devido a isso outro fator que observamos é a falta de extintores suficientes para a dimensão do arquivo, que o mesmo possui apenas 3 extintores.

Fazendo uma análise do ambiente físico como um todo, chegamos a seguinte conclusão: o ambiente é uma quadra adaptada para receber os processos, paredes que tanto na área administrativa quanto no arquivo em si, contem grande teor de umidade, apresentado característica de fungos e bactérias. Foi observado vazamento na cobertura (teto) da quadra, que em dias de chuva acarreta uma grande incidência de infiltração de água provocada pela má conservação do espaço físico onde está armazenada a massa documental do arquivo.

Figura 5 - Infiltrações no arquivo



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Figura 6 - Processo danificado por água



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Grande parte do da massa documental apresenta danos irreversível para o arquivo do Fórum Cível, provocado pelo o estado de conservação supramente observado, o que leva a perda da informação. É urgente a realização do trabalho de conservação para garantir a preservação desse acervo que é de fundamental valor para a preservação da memória e da história do Fórum Cível.

A falta de recursos financeiros e de uma visão maior para o arquivo por parte dos gestores da instituição faz com que esses problemas se perdurem por muitos e muitos anos. Há relatos por parte dos funcionários que já existe um novo espaço físico para a guarda dos processos do Fórum Cível, espaço esse que passa anos e não se torna realidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arquivo que se conjuntura como um lugar de memória, tem como objetivo primordial a disseminação da informação de acordo com as necessidades do usuário. E para que essa informação seja de qualidade os documentos do acervo tem que manter condições favoráveis para que não danifique os dados registrados nos documentos. Porém, para alcançar grau de excelência são necessárias técnicas de conservação e preservação dos documentos independente do suporte.

Desse modo, a pesquisa foi realizada como forma de identificar os procedimentos de conservação e preservação dos documentos. Partindo do pressuposto de análise e averiguação das condições físicas do acervo. Com base nas observações feitas, podemos corroborar dizendo que as condições dos documentos no Arquivo do Fórum Cível de João Pessoa são bem precárias, ou seja, não atendem os procedimentos de preservação e conservação dentro das recomendações arquivísticas, concretizando assim a hipótese levantada em que o arquivo do fórum supracitado não garante a vida útil dos documentos.

Neste sentido, a análise evidenciou as características referentes a real situação do arquivo, apontando a sua estrutura física, o acondicionamento, armazenamento e a medição de temperatura. Tal análise possibilitou reconhecer a falta de uma política preventiva de tratamento dos documentos acumulados.

O mau uso dos documentos *in locus* estão relacionados a diversas nuances, a começar pela cultura organizacional que foi constituída sem nenhuma política de preservação dos documentos. Isso se dá pela inexistência de procedimentos técnicos por parte da administração frente ao arquivo e a falta de profissionais capacitados para realização de uma prática arquivística exitosa.

Com este estudo, observamos que pensar em preservação e conservação dos documentos não se resume apenas a procedimentos tradicionais como evitar o manuseamento inadequado dos documentos, mas equilibrar fatores que danifiquem a estrutura física dos registros do acervo, como: luz, temperatura, umidade, poluição do ar, poeira fungos, bactérias, microorganismo, entre outros fatores.

Assim, o arquivo deve ser pensado como um ambiente propagador da memória, arquitetado e adaptado com formas norteadoras da preservação e conservação dos documentos que estão sendo arquivados, tirando a ideia estática de um local só de guarda de documentos.

REFERÊNCIAS

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice all, 2007.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro> Editora FGV, 2006.

_____, H.L; BOTANI, A.S.L;CAMARGO.M de A. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros-Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

_____, Heloísa Liberalli. **Diplomática e tipologia documental em arquivos**. 2. ed. São Paulo: Arquivo Público e Imprensa Oficial, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria dei Restauro**. Roma: Piccola Biblioteca Einaudi, 1973.

BRASIL. **Lei nº. 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências.

BECK, Ingrid (coord). **Manual de preservação de documentos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1991.

CABRALES, Celina. Pesquisa, acervo e difusão do papel artesanal. A história do papel. **1-Proto-papéis**. Porto Alegre, RS, 2005-2009. Disponível em: <http://www.papeloteca.org.br/textos/historia_papel.htm>. Acesso em 04 nov.2014.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado/Imprensa oficial, 2000.

CALDERON, Wilmara Rodrigues et al. **O processo de gestão documental e da informação arquivística no ambiente universitário**. Ci. Inf., Brasília, v. 33, n. 3, set./dez. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a11v33n3.pdf>. Acesso em: 15 nov.2014.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 1994.

COLOMBO, Fausto. **Os arquivos imperfeitos**. São Paulo: Perspectiva, 1986.

DOCTORS, Marcio (Org.). **A cultura do papel**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra: Fundação Eva Klabin Rapaport, 1999.

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GIGLIO, Wagner D. **Direito Processual do trabalho**. 7.ed. São Paulo: LTR, 1993.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002

HOBBSAWM, Eric. **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LUCAS, Lucy; SERIPIERRI, Dione. **Conservar para não restaurar: uma proposta para preservação de documentos em bibliotecas**. Brasília: Thesaurus, 1995.

LYSEBETH, Andre Van. **Tantra: o culto da feminilidade. Outra visão da vida e do sexo**. 3.ed. São Paulo: Simmus Editorial, 1994.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia da pesquisa em ciências sociais**. Uma guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MUMFORD, Lewis. **A cidade na história**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

OGDEN, Sherelyn. **Administração de emergências**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo**. Teoria e prática. 3, ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

PEREIRA, Renato Augusto. I **Seminário Nacional de Arquivos, Bibliotecas, Centros de Documentação e Museus: Acesso e a Política de Preservação e Conservação de Documentos de Arquivos: Problemas e Perspectivas**, 2003.

PISSARRA, Maria Constança Peres; FABBRINI, Ricardo Nascimento (Org.). **Direito e Filosofia: a noção de justiça na história da Filosofia**. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 1999.

RIBEIRO, Marília Vital. **A Síndrome Dos Arquivos Doentes: os riscos de contaminação por fungos no trabalho em arquivo**. 2011. 79f. Trabalho de Conclusão de Curso (Arquivologia)- Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2011.

RODRIGUES, Rui Martinho. **Pesquisa acadêmica: como facilitar o processo de preservação de suas etapas**. São Paulo: Atlas, 2007.

RUIZ, Rafael. **Os espaços da ambiguidade: os poderes locais e a justiça na América espanhola do século XVII**. Revista de História, São Paulo, n. 163, p.81-101, jul./dez. 2010. Disponível em: <
http://www.academia.edu/7707341/Os_espa%C3%A7os_da_ambig%C3%BCidade_os_poderes_locais_e_a_justi%C3%A7a_na_Am%C3%A9rica_espanhola_do_s%C3%A9culo_XVII>. Acesso em 21 set. 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos**. Princípios e técnicas. 6. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SIGNIFICADO DE DIREITO. **O que é Direito**. Disponível em:
<<http://www.significados.com.br/direito/>>. Acesso em 03 nov.2014.

SILVA, Sergio Conde de Albite. **A preservação da informação na Arquivística**.

Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v.5, n.1, p.41-56, jan./jun.2006.

SILVA, Sergio Conde de Albite. **Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas**. Comunicação técnica 1: Academia Brasileira de Letras/Centro de Memória, Rio de Janeiro, 1998.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 94 p.

VELA, Gorbea Garcia-Dias. **Sistemas de arquivos e controle de documentos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1973.

APÊNDICES

APÊNDICE A – FOTOS DO ARQUIVO DO FORUM CÍVEL

Figura 7 - Caixas na área climatizada em contato com a umidade.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Figura 8 - Processos em caixa de papelão danificados.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

Figura 7 - Área de trabalho com paredes úmidas.



Fonte: Dados da Pesquisa (2014)

ANEXOS

ANEXO A – CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM



Universidade Estadual da Paraíba
 Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas – CCBSA
 Campus V – João Pessoa
 Curso Bacharelado em Arquivologia

CARTA DE CESSÃO DE IMAGEM

João Pessoa, ____ de _____ de _____.

Eu, _____

declaro que concedo o registro e o uso das imagens realizadas no dia ____/____/____ em
 cumprimento as atividades de pesquisa monográfica (TCC) no Arquivo da Entidade
 _____ para fins
 de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ARQUIVOLOGIA

(Assinatura do responsável pelo Arquivo/Entidade).